



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

RAFAELA DA ROSA SCHMITZ

**A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS EM ÁREA DE
CONFLITO ARMADO NA SÍRIA**

Tubarão

2019

RAFAELA DA ROSA SCHMITZ

**A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS EM ÁREA DE
CONFLITO ARMADO NA SÍRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Relações
Internacionais da Universidade do Sul de
Santa Catarina como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Professor da disciplina: Agostinho Schneiders, Dr.
Orientador temático: Milene Pacheco Kindermann, Dra.

Tubarão

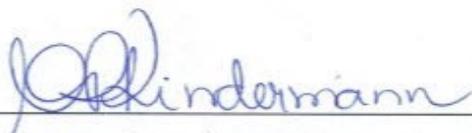
2019

RAFAELA DA ROSA SCHMITZ

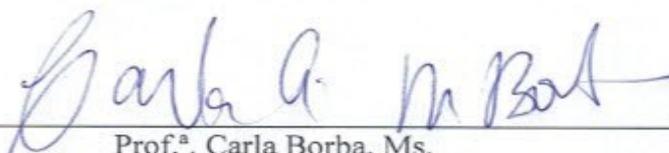
**A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS EM ÁREA DE
CONFLITO ARMADO NA SÍRIA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

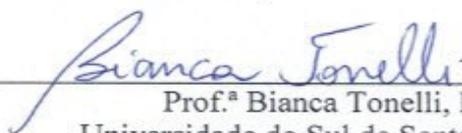
Tubarão, 27 de novembro de 2019.



Professora e orientadora Milene Pacheco Kindermann, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Prof.^a Carla Borba, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Prof.^a Bianca Tonelli, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado a vida e a capacidade de concluir mais uma etapa de muito aprendizado.

Aos meus pais, Marli e Karl-Heinz, que desde o início da graduação me apoiam, torcem e se alegram com cada conquista minha.

Ao meu namorado e melhor amigo, Daniel, que fez uma enorme diferença, me encorajando e dando força.

A minha professora orientadora, Milene Pacheco Kindermann, por ter aceito o convite de me orientar nesse projeto de pesquisa.

E por fim, sou grata a todos aqueles que, de alguma forma, participaram da realização desse projeto.

“Ó SENHOR, tua é a grandeza, o poder, a glória, a vitória e a majestade, porque tudo quanto há no céu e na terra a ti pertence. Ó SENHOR, o reino é teu, e tu governas soberano sobre tudo e todos!”

(1 Crônicas 29:11)

RESUMO

O presente estudo foi voltado para o Direito Internacional Humanitário e aborda a violação dos Direitos da Criança no conflito armado da Síria. O objetivo geral foi analisar quais são as principais violações de Direitos Humanos sofridas pelas crianças em áreas de conflito armado na Síria. De natureza descritiva e qualitativa, esta monografia utilizou de pesquisa bibliográfica e documental, com estudo de caso sobre a Síria e abordagem pelo método dedutivo. Foram descritos os Direitos da Criança, o papel do Comitê dos Direitos da Criança e o Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados como fundamento legal para análise do caso. Foram descritas considerações gerais sobre conflitos armados e sobre o Direito Internacional Humanitário. Foi exposto o histórico do conflito armado da Síria, a atuação dos Órgãos Internacionais que têm atuado na região e os principais direitos da criança violados. Concluiu-se que as crianças sírias têm como principais direitos violados o acesso à informação, ao nome e à nacionalidade, os direitos à vida, à orientação parental, a viver e ser criada por seus pais, ao reagrupamento familiar, à realocação, a um padrão de vida adequado, aos cuidados adequados, à segurança social e aos serviços de saúde, ao desenvolvimento pessoal, à educação e à própria cultura, ao lazer e ao brincar; as liberdades de associação, de expressão, liberdade de opinião e de pensamento; e às proteções contra os conflitos, da identidade e da privacidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Direitos da Criança. Direito Internacional Humanitário. Conflito Armado. Síria. Crianças.

ABSTRACT

The present study focused on International Humanitarian Law and addresses the violation of the Rights of the Child in the Syrian armed conflict. The main objective was to analyze what are the main human rights violations suffered by children in areas of armed conflict in Syria. In nature descriptive and qualitative, this monograph used bibliographic and documentary research, with a case study on Syria and a deductive approach. The Rights of the Child, the role of the Committee on the Rights of the Child, and the Optional Protocol on the Involvement of Children in Armed Conflicts were described as the legal basis for the analysis of the case. Have been described general considerations on armed conflicts and International Humanitarian Law. Were exposed the history of the Syrian armed conflict, the actions of the International Organizations that have been acting in the region and the main rights of the child violated. It was concluded that Syrian children have as their main rights violated the access to information, name and nationality, rights to life, parental guidance, to live with their parents as well as be raised by their parents, family reunification, review of placement, , an adequate standard of living, adequate care, social security and health services, personal development, education, ,their own culture, leisure and play; freedom of association, expression, opinion, and thought; and protection from conflicts, identity and privacy.

Keywords: Human Rights. Rights of the Child. International Humanitarian Law. Armed Conflict. Syria. Children.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CAI – Conflitos Armados Internacionais
CDC – Convenção sobre os Direitos das Crianças
CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha
DIH – Direito Internacional Humanitário
EACDH – Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ELS – Exército Livre da Síria
ISIS – Estado Islâmico do Iraque e da Síria
MRM4Syria - Mecanismo de Monitoramento e Relatório da Síria
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAC – Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados
SDF – Forças Democráticas da Síria
SOHR - Observatório Sírio dos Direitos Humanos
TPI – Tribunal Penal Internacional
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTOS LEGAIS DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA CRIANÇA EM CONFLITOS ARMADOS	14
2.1 A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA – CDC	14
2.1.1 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança	19
2.1.2 O Comitê dos Direitos da Criança	20
2.2 O ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO GERAL PARA AS CRIANÇAS EM CONFLITOS ARMADOS E O OPAC – PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA SOBRE O ENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM CONFLITOS ARMADOS	21
3 O CONFLITO ARMADO NA SÍRIA	23
3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CONFLITOS ARMADOS	23
3.2. O HISTÓRICO DO CONFLITO NA SÍRIA	27
3.2.1 Deslocamento forçado interno e externo na síria	30
3.2.2 Situação das crianças sírias	33
3.2.2.1 De 2011 a 2014	33
3.2.2.2 2015	34
3.2.2.3 2016	36
3.2.2.4 2017	37
3.2.3.5 2018	39
3.3 AS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS NOS CONFLITOS ARMADOS	43
3.4 ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS NÃO GOVERNAMENTAIS DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS EM ÁREA DE CONFLITO ARMADO NA SÍRIA	45
3.4.1 Comitê Internacional da Cruz Vermelha	45
3.4.2 Save the Children	46
3.4.3 Human Rights Watch	46
3.5 ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DE DIREITOS QUE AS CRIANÇAS TÊM SIDO VITIMADAS NA SÍRIA	47
4. CONCLUSÃO	53

1 INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos são aqueles que devem permitir que um ser humano tenha ou seja capaz de fazer para sobreviver, prosperar e alcançar todo o seu potencial. Todos os direitos são igualmente importantes e estão conectados entre si. Entretanto, as crianças e adolescentes têm alguns direitos humanos adicionais que respondem às suas necessidades específicas em termos de proteção e desenvolvimento. Desta forma, foram regulados os Direitos da Criança, que se baseiam no que uma criança precisa para sobreviver, crescer, participar e conhecer seu potencial. Eles se aplicam igualmente a todas as crianças, independentemente de etnia, gênero ou religião. (UNICEF, 2019)

A violação desses direitos está mais presente no dia a dia da atual sociedade do que se possa imaginar. Todos os dias inúmeras crianças e adolescentes são discriminados e forçados a submeter-se a hostilidades desumanas. Na Síria, por exemplo, metade das crianças cresceram sem saber nada além de conflito, em áreas que não são seguras para ninguém, muito menos para crianças vulneráveis. Estima-se que cerca de 5 milhões de crianças ainda precisam de assistência humanitária urgente e contínua. (SAVE THE CHILDREN, 2019)

Diante desse contexto, surgiu o interesse em investigar **a situação dos direitos humanos das crianças em área de conflito armado na Síria**. Este, pois, trata-se do tema deste estudo. Logo, realizou-se um estudo sobre a violação dos direitos da criança em conflito armado, tendo como principal cenário a Síria. Com a finalidade de relacionar as principais violações dos direitos da criança juntamente com o contexto do conflito armado Sírio, foi averiguada a atuação dos Órgãos Internacionais responsáveis pela proteção das crianças e adolescentes nesse contexto e as formas de combate a tais violações.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) trouxe os direitos humanos firmemente para a esfera do direito internacional em seu próprio documento constituinte. Desde 1945, a ONU tem sido fundamental no processo de estabelecimento de padrões, isto é, criando tratados e outros documentos que estabelecem direitos humanos universalmente reconhecidos.

O instrumento de direitos humanos mais ratificado na história universal é a Convenção sobre os Direitos da Criança, que foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1989, foi ratificada por 196 países e conta com 42 direitos voltados apenas para as crianças. Esses direitos são guiados por quatro princípios fundamentais, sendo eles, a não discriminação; os melhores interesses da criança; sobrevivência, desenvolvimento e proteção; e participação.

Em contra partida, nos conflitos armados em todo o mundo, crianças estão sendo mortas, estupradas, sequestradas e recrutadas para a luta em uma escala chocante. À luz dessa contínua falha geral em proteger as crianças em conflitos armados, é questionável se as normas e instituições do direito internacional existentes fornecem proteção e responsabilização suficientes.

Após oito anos de conflito, a crise na Síria continua a ter um enorme impacto sobre as crianças dentro da Síria e em seus arredores. Toda criança síria foi impactada pela violência, deslocamento, rompimento de laços familiares e falta de acesso a serviços vitais. E isso teve/tem um enorme impacto psicológico nas crianças.

A devastação física na Síria é enorme, com escolas, hospitais e instalações de tratamento de água destruídas. Enquanto isso, estima-se que 2,6 milhões de crianças permaneçam deslocadas dentro da Síria, enquanto cerca de 2,5 milhões de crianças estão vivendo como refugiados nos países vizinhos. (UNICEF, 2019)

Face a esse cenário, essa pesquisa traz uma visão geral do conflito armado na Síria, no qual resultou inúmeras violações dos direitos da criança, respondendo a seguinte pergunta: **Quais são as principais violações de Direitos Humanos sofridas pelas crianças em áreas de conflito armado na Síria?**

O presente trabalho justifica-se por contribuir para a compreensão e análise da crise humanitária na Síria, com foco nas crianças e em seus direitos que estão sendo violados. Há mais de oito anos a sociedade internacional observa os acontecimentos no país e as atrocidades que milhares de cidadãos sírios enfrentam diariamente. Situações estas que afetam não somente uma nação, mas todo o mundo.

É de suma importância ter-se conhecimento dos milhares de crianças e adolescentes que estão sendo sujeitados a uma sociedade totalmente desestruturada, cruel e desumana. Crianças que perdem seus lares, familiares, identidade ou até mesmo sua nacionalidade, sendo forçadas a migrar para outros países e a recomeçar uma nova vida. E esses são apenas alguns direitos que toda criança deve ter e cujas violações foram analisadas no presente estudo.

Inúmeros órgãos internacionais, sejam eles governamentais ou não, abraçaram esta causa e solidarizam-se para contribuir da forma que podem para tornar a realidade de milhares de crianças sírias um pouco melhor. Um exemplo é o órgão internacional *Committee on the Rights of the Child (CRC)*, que monitora a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança por seus Estados parte.

Dessa forma, compreende-se a importância de entender tal temática social das Relações Internacionais, no qual impacta não somente a nação síria mas toda uma sociedade internacional, abrangendo, pois, as esferas social, política e econômica de diversas nações.

Justifica-se a realização do estudo também, pela contribuição para a pesquisa no curso de Relações Internacionais da Unisul, haja vista que o levantamento realizado nas bases de consulta RIUNI e a base de dados Scielo não identificou nenhum estudo sobre o tema dessa pesquisa. Outros estudos envolvem a temática do conflito na Síria mas nenhum deles trata do direito das crianças.

Para a pesquisadora, a escolha do tema deu-se em razão da sensibilidade para com as crianças que vivem em meio ao cenário conflituoso da Síria. Em virtude das inúmeras notícias em diversos veículos de comunicação ao longo desses anos de conflito armado, era impossível não comover-se com os olhares aterrorizados das crianças sírias, bem como questionar o cenário que os mesmos enfrentam, e quais os organismos responsáveis por transformar essa triste realidade.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar quais são as principais violações de Direitos Humanos sofridas pelas crianças em áreas de conflito armado na Síria. Como objetivos específicos: a) descrever os direitos aplicáveis às crianças em conflito armado; b) levantar a situação das crianças no conflito armado da Síria e identificar quais são as situações mais graves de violação de conflito armado pelas quais as crianças da Síria estão sendo submetidas; c) identificar os Órgãos Internacionais de proteção de crianças em área de conflito armado; e d) avaliar as principais violações de direitos que as crianças têm sido vitimadas na Síria à luz das normas internacionais de proteção aos direitos das crianças.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi definida uma metodologia. O método científico, de maneira geral, pode ser classificado em dois tipos: métodos de abordagem e métodos de procedimento.

Os métodos de abordagem estão vinculados ao plano geral do trabalho, ao raciocínio que se estabelece como fio condutor na investigação do problema de pesquisa. “É a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado”. (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 23).

Os métodos de procedimento estão vinculados às etapas de aplicação das técnicas de pesquisa e caracterizam-se por apresentar um conjunto de procedimentos relacionados à coleta e registro dos dados pesquisados. Enquanto o método de abordagem está relacionado ao pensar, os métodos de procedimentos estão ligados ao fazer.

Neste sentido, o presente estudo classifica-se, quanto ao método de abordagem, como dedutivo, pois, segundo Zanella (2014), neste método o raciocínio parte de uma premissa geral para o particular, ou seja, de um princípio geral, chega-se ao particular. Este trabalho levou em consideração as principais violações dos direitos da criança em áreas de conflito armado e, a partir de revisão bibliográfica e documental, direcionou o estudo para o caso específico da Síria.

Quanto ao método de procedimento, esta pesquisa classifica-se como monográfica, pois este método, segundo Zanella (2014), consiste em empreender um estudo sobre um objeto [neste caso, as principais violações dos direitos da criança em áreas de conflito armado na Síria] com a finalidade realizar constatações sobre o mesmo, realizando, ao fim do estudo, generalizações. Este estudo é realizado, sobretudo, levando em consideração os aspectos contextuais envolvidos ao objeto de estudo. Desta maneira, o atual estudo apresenta quanto aos métodos de pesquisa o dedutivo e o monográfico.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva. Segundo Gil (2002), as pesquisas assim definidas têm o propósito de descrever características de determinada população e pode ser elaborada com o intuito de identificar relações entre variáveis. Trata-se, neste estudo, de apresentar conceitos, analisar mecanismos e avaliar as principais violações dos direitos da criança em áreas de conflito armado na Síria.

Em se tratando da forma de abordagem do problema, esta pesquisa possui caráter qualitativo, já que trata de um assunto subjetivo e o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados. Este tipo de pesquisa depende, segundo GIL (2002), de muitos fatores, como a natureza dos dados, a extensão das amostras, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que serviram de base para a investigação, enquanto que na análise quantitativa depende do comparativo de dados, necessita que os dados sejam quantificados para responder à pergunta de pesquisa ou comprovar uma hipótese, logo é possível verificar se há coerência entre a construção teórica e os dados observados.

Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados, este estudo tem caráter bibliográfico e documental, ao passo que usou como fonte de pesquisa, principalmente análises de relatórios, convenções, acordos, protocolos, artigos científicos, obras bibliográficas, e informações de páginas oficiais na internet.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram a análise de conteúdo e a análise documental. Segundo Zanella, (2014, p. 118), a análise documental “[...] envolve a investigação em documentos internos [da organização] ou externos [governamentais, de

organizações não-governamentais ou instituições de pesquisa, dentre outras].” Além disto, “é uma técnica utilizada tanto em pesquisa quantitativa como qualitativa.”

Por sua vez, a análise de conteúdo trata-se de:

[...] um método de tratamento e análise de informações colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento (CHIZZOTTI, 2001, p. 98 apud ZANELLA, 2015, p. 125).

Os procedimentos utilizados para a coleta de dados deste estudo foram os procedimentos bibliográficos e documentais.

Quanto aos procedimentos bibliográficos, Gil (2002, p. 45), diz que sua principal vantagem “[...] é permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos.” Já quanto aos procedimentos documentais, Gil (2002, p. 46) afirma que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa.”

Como instrumentos para a coleta de dados, este estudo utilizou o levantamento bibliográfico e documental. Tais instrumentos são característicos das técnicas e dos procedimentos utilizados para a coleta de dados apresentados.

Os dados coletados por meio dos procedimentos citados foram organizados em forma de relatório de pesquisa, sendo apresentados aqueles que permitam a identificação dos direitos das crianças em conflitos armados, o panorama sobre a situação das crianças no conflito sírio, as contribuições dos órgãos internacionais na proteção dessas crianças e que permitam a avaliação das principais violações de direitos que as crianças sírias vêm sofrendo.

A análise dos dados foi feita pelo método dedutivo, sendo o resultado da análise organizado em quatro capítulos, em que são apresentados a introdução (capítulo 1), os fundamentos legais da proteção internacional da criança em conflitos armados (capítulo 2), o conflito armado na Síria (capítulo 3), as conclusões (capítulo 4) e as referências bibliográficas.

2. FUNDAMENTOS LEGAIS DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA CRIANÇA EM CONFLITOS ARMADOS

2.1 A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA – CDC

A importância em discutir assuntos voltados ao bem-estar e uma melhor qualidade de vida das crianças vem sendo discutidas há um bom tempo pela comunidade internacional. Declarações sobre os direitos da criança foram adotadas pela Liga das Nações em 1924 e também pelas Nações Unidas em 1959. Além disso, disposições específicas relativas às crianças foram incorporadas em vários tratados de direitos humanos e direito humanitário. No entanto, alguns Estados argumentaram que havia necessidade de uma declaração abrangente sobre os direitos das crianças, que fosse obrigatória de acordo com o direito internacional. (EACDH, 2019)

Essa visão foi influenciada por relatos de graves injustiças sofridas pelas crianças, como a alta mortalidade infantil, deficiências na atenção à saúde e oportunidades limitadas para a educação básica. Houve também relatos alarmantes de crianças sendo abusadas e exploradas como prostitutas ou em trabalhos prejudiciais, de crianças na prisão ou em outras circunstâncias difíceis, e de crianças como refugiadas e vítimas de conflitos armados. (EACDH, 2019)

Portanto, a ideia de criação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) surgiu por meio da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas em 1989. Os delegados governamentais foram os responsáveis por formar o núcleo de elaboração, além de representantes de outros órgãos da Nações Unidas e agências especializadas, incluindo o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como várias organizações não governamentais, participaram das deliberações. (EACDH, 2019)

A adoção unânime da Convenção pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 20 de novembro de 1989, preparou o caminho para a próxima etapa: as ratificações pelos Estados e a criação de um comitê de monitoramento. Em menos de um ano, no dia 2 de setembro de 1990, 20 Estados haviam endossado legalmente a Convenção, que por sua vez entrou em vigor. (EACDH, 2019)

No mesmo mês, a Cúpula Mundial da Criança foi realizada em Nova Iorque por iniciativa da UNICEF e de seis Estados (Canadá, Egito, Mali, México, Paquistão e Suécia). A

Cúpula incentivou todos os Estados a ratificar a Convenção. No final de 1990, 57 haviam feito isso, tornando-se assim Estados-parte. Em 1993, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, declarou que o objetivo era a ratificação universal da CDC até o final de 1995. Em 31 de dezembro de 1995, nada menos que 185 países ratificaram a Convenção. Tornando-se este um número inédito no campo dos direitos humanos. (EACDH, 2019)

A Convenção sobre os Direitos da Criança tem o mesmo significado para as pessoas em todas as partes do mundo. Ao estabelecer padrões comuns, a Convenção leva em conta as diferentes realidades culturais, sociais, econômicas e políticas de cada Estado, para que cada Estado possa buscar seus próprios meios para implementar os direitos comuns a todos.

Os Direitos da Criança reconhecidos na Convenção são: (UNICEF, 2019)

- a) Ser reconhecido: uma criança é reconhecida como pessoa com menos de 18 anos de idade, a menos que as leis nacionais reconheçam outra idade maior.
- b) Não discriminação: todos os direitos se aplicam a todas as crianças sem exceção. É obrigação do Estado proteger as crianças de qualquer forma de discriminação e tomar medidas positivas para promover seus direitos.
- c) Cuidados adequados: o Estado deve assegurar à criança a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar.
- d) Implementação desses direitos: o Estado deve fazer tudo o que puder para implementar os direitos contidos na Convenção.
- e) Orientação parental: o Estado deve respeitar os direitos e responsabilidades dos pais e família extensa ao oferecer orientação para a criança que seja apropriada para suas capacidades em evolução.
- f) Vida: toda criança tem o direito inerente à vida, e o Estado tem a obrigação de garantir a sobrevivência e desenvolvimento da criança.
- g) Nome e nacionalidade: a criança tem o direito a um nome ao nascer. A criança também tem o direito de adquirir uma nacionalidade e, na medida do possível, conhecer seus pais e ser cuidado por eles.
- h) Proteção da identidade: o Estado tem a obrigação de proteger e, se necessário, reestabelecer aspectos básicos da identidade da criança. Isso inclui nome, nacionalidade e laços familiares.
- i) Viver com seus pais: a criança tem o direito de viver com os pais, a menos que isso seja considerado incompatível com os interesses da criança.
- j) Reagrupamento familiar: as crianças e seus pais têm o direito de deixar qualquer país e entrar no seu próprio país para fins de reunião ou para manter a relação entre pais e filhos.

- k) Combate ao sequestro infantil: o Estado tem a obrigação de prevenir e remediar o sequestro ou retenção no exterior de crianças por um dos pais ou por terceiros.
- l) Liberdade de opinião: a criança tem o direito de expressar a sua opinião livremente e de ter essa opinião considerada em qualquer assunto ou procedimento que afete a criança.
- m) Liberdade de expressão: a criança tem o direito de expressar seus pontos de vista, obter informações e divulgar ideias ou informações, independente de fronteiras.
- n) Liberdade de pensamento: o Estado deve respeitar o direito da criança à liberdade de pensamento, consciência e religião, sujeito a orientação apropriada dos pais.
- o) Liberdade de associação: as crianças têm o direito de se encontrar com outras pessoas e de se afiliar ou formar associações.
- p) Proteção da privacidade: as crianças têm o direito de proteção contra interferência em sua privacidade, família, lar e correspondência, e para proteção contra difamação.
- q) Acesso à informação: o Estado deve garantir a acessibilidade às crianças de informações e materiais de diversas fontes, e deve encorajar os meios de comunicação a divulgar informações que tragam benefícios sociais e culturais à criança, e tomar medidas para protegê-la de materiais nocivos.
- r) Ser criada por seus pais: os pais têm a responsabilidade primária de criar a criança, e o Estado deve apoiá-los nisso. O Estado deve fornecer aos pais assistência apropriada para a educação da criança.
- s) Combate ao abuso: o Estado deve proteger a criança contra toda forma de maus-tratos por parte dos pais ou outros responsáveis pelo cuidado da criança e deve estabelecer programas sociais apropriados para a prevenção de abuso e o tratamento das vítimas.
- t) Cuidado alternativo: o Estado é obrigado a prover proteção especial para a criança privada do ambiente familiar e garantir que cuidados alternativos apropriados à família ou instituição estejam disponíveis em tais casos. Os esforços para cumprir esta obrigação devem levar em conta a formação cultural da criança.
- u) Adoção segura: nos países onde adoção é reconhecida e/ou permitida, ela deve ser realizada apenas no melhor interesse da criança, somente com a autorização das autoridades competentes e salvaguardas para a criança.
- v) Cuidado especial a deficientes: uma criança deficiente tem direito a cuidados especiais, educação e treinamento para ajudá-la a desfrutar de uma vida plena e descente com dignidade e alcançar o maior grau de autoconfiança e integração social possível.

- w) Serviços de saúde: a criança tem direito ao mais alto padrão de saúde e assistência médica possível. Os Estados devem dar ênfase especial à redução da mortalidade infantil e à prestação de cuidados de saúde primários e preventivos e da educação em saúde pública.
- x) Realocação: uma criança que é redirecionada a algum lugar pelo Estado por razões de cuidado, proteção ou tratamento tem o direito de ser avaliada regularmente nesse lugar.
- y) Segurança social: a criança tem o direito de se beneficiar da seguridade social, incluindo o seguro social.
- z) Um padrão de vida adequado: toda criança tem o direito a um padrão de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.
- aa) Educação: a criança tem direito à educação, e o dever do Estado é garantir que a educação primária seja gratuita e obrigatória.
- bb) Desenvolvimento pessoal: a educação deve ter como objetivo desenvolver a personalidade, os talentos e as capacidades mentais e físicas da criança em toda a sua extensão.
- cc) Sua própria cultura: crianças de comunidades minoritárias e populações indígenas têm o direito de desfrutar de sua própria cultura e praticar sua própria religião e idioma.
- dd) Lazer e brincar: a criança tem direito a lazer, brincadeiras e participação em atividades culturais e artísticas.
- ee) Combate ao trabalho infantil: a criança tem o direito de ser protegida do trabalho que ameaça sua saúde, educação ou desenvolvimento.
- ff) Proteção contra o abuso de drogas: as crianças têm o direito de proteção contra o uso de narcóticos e psicotrópicas, e de estar envolvido em sua produção e distribuição.
- gg) Combate à exploração sexual: o Estado deve proteger as crianças da exploração e abuso sexual, incluindo prostituição e envolvimento em pornografia.
- hh) Combate ao tráfico de seres humanos: é obrigação do Estado fazer todos os esforços para impedir a venda, o tráfico e o sequestro de crianças.
- ii) Combate à exploração: a criança tem o direito a proteção contra todas as formas de exploração prejudiciais a quaisquer aspectos do bem-estar da criança que não estejam cobertos pelos artigos 32 a 35.
- jj) Combate à tortura: nenhuma criança será submetida a tortura, tratamento ou castigo cruel, detenção ilegal ou privação de liberdade. Tanto a pena de morte quanto a prisão perpétua, sem a possibilidade de liberação, são proibidas para infrações cometidas por pessoas menores de 18 anos.

kk) Proteção contra conflitos: os Estados tomarão todas as medidas possíveis para garantir que as crianças menores de 15 anos não participem diretamente das hostilidades. Nenhuma criança com menos de 15 anos deve ser recrutada para as forças armadas.

ll) Cuidados de reabilitação: o Estado tem a obrigação de garantir que as crianças vítimas de conflitos armados, tortura, maus-tratos, ou exploração recebam tratamento adequado para sua recuperação e reintegração social.

mm) Justiça juvenil: uma criança em conflito com a lei tem direito a tratamento que promova o senso de dignidade e valor da criança, que leve em consideração a idade da criança e que busque a defesa dela.

nn) Padrões nacionais mais elevados e relevantes: se um país tem leis e padrões que vão além da presente Convenção, então o país deve manter essas leis.

oo) Conhecimento desses direitos: os governos devem trabalhar ativamente para garantir que crianças e adultos saibam sobre a Convenção.

pp) Trabalho em conjunto: os artigos 43 a 54 tratam sobre como os adultos e os governos devem trabalhar juntos para garantir que todas as crianças possam desfrutar de todos os seus direitos.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é guiada por quatro princípios fundamentais. Estes, destinam-se a ajudar na interpretação da Convenção como um todo, e assim, orientar os programas nacionais de implementação. Os quatro princípios são formulados com base nos artigos 2, 3, 6 e 12, sendo eles: (UNICEF, 2019)

a) Não discriminação (art. 2): Os Estados partes devem assegurar que todas as crianças dentro de sua jurisdição gozem de seus direitos. Nenhuma criança deve sofrer discriminação. Isto aplica-se a todas as crianças, "independentemente da raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, propriedade, deficiência, nascimento ou outro status da criança ou de seus pais ou tutores legais". .

b) Os melhores interesses da criança (art. 3): Quando as autoridades de um Estado tomam decisões que afetam as crianças, os melhores interesses das crianças devem ser uma consideração primordial. Este princípio refere-se a decisões dos tribunais, autoridades administrativas, órgãos legislativos e instituições públicas e privadas de assistência social. Esta é, naturalmente, uma mensagem fundamental da Convenção, cuja implementação é um grande desafio.

c) O direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (art. 6): O artigo sobre direito à vida inclui formulações sobre o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento, que

devem ser asseguradas “na máxima extensão possível”. O termo "desenvolvimento" neste contexto deve ser interpretado em sentido amplo, acrescentando uma dimensão qualitativa: não pretende-se apenas a saúde física, mas também o desenvolvimento mental, emocional, cognitivo, social e cultural.

d) As opiniões da criança (art. 12): As crianças devem ter liberdade para ter opiniões em todos os assuntos que as afetam, e essas opiniões devem ser consideradas "de acordo com a idade e maturidade da criança". A ideia subjacente é que as crianças têm o direito de serem ouvidas e de terem suas opiniões levadas a sério, inclusive em qualquer processo judicial ou administrativo que as afete.

2.1.1 30 Anos da Convenção dos Direitos da Criança

Em 2019, o Comitê dos Direitos da Criança celebra o 30º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em 20 de novembro de 1989. Há trinta anos atrás, a Convenção reconheceu às crianças o acesso a direitos não negociáveis. Quase todos os governos - com a exclusão dos Estados Unidos - comprometeram-se a respeitar, proteger e promover esses direitos. Isso faz da Convenção um dos acordos de direitos humanos mais visionários e universalmente aceitos da história. (EACDH, 2019)

Este aniversário cria um impulso para a comunidade internacional intensificar seus esforços para fazer as crianças prosperarem e renovar seu compromisso de proteger e promover todos os seus direitos humanos. Embora tenham sido alcançados progressos notáveis nas últimas três décadas, persistem desafios significativos, em particular para as meninas, crianças com deficiência e crianças em situações desfavorecidas e vulneráveis.

Para celebrar este evento histórico, o Comitê, em colaboração com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH), está incentivando os Estados a renovarem seu compromisso com a Convenção, comprometendo-se a tomar uma ação específica e mensurável para a promoção, proteção e realização dos direitos da criança. Em 8 de março, o Comitê solicitou aos Estados Membros que fornecessem informações ao Comitê sobre seus compromissos em relação aos direitos da criança, bem como iniciativas nacionais, em comemoração ao 30º aniversário da Convenção. (EACDH, 2019)

Um dos parceiros dessa comemoração, o Unicef, está promovendo diversas iniciativas envolvendo os governos, com o intuito de proporcionar eventos especiais com o objetivo de mobilizar ações para e com as crianças e jovens. Cada país usará essa oportunidade para

acelerar o progresso em questões prioritárias de direitos da criança em seus contextos específicos. (EACDH, 2019)

Pode também ser mencionada a iniciativa da Child Rights Connect¹, que está organizando uma série de atividades com o objetivo de tornar a Convenção e seus Protocolos Opcionais, bem como o Comitê e o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, mais acessíveis às crianças.

2.1.2 O Comitê dos Direitos da Criança

O Comitê pelos Direitos da Criança foi criado pela CDC em 27 de fevereiro de 1991 e é o órgão que supervisiona a implementação da Convenção por seus Estados partes. O Comitê é composto por 18 especialistas em direitos das crianças, que se reúnem em três sessões anuais de três semanas em Genebra, em janeiro, maio e setembro.

No início de 1991, uma reunião de representantes dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos da Criança foi convocada para a primeira eleição para seu órgão de monitoramento: o Comitê dos Direitos da Criança. Cerca de 40 candidatos foram nomeados para os 10 assentos. Os especialistas eleitos nesta primeira ocasião vieram de Barbados, Brasil, Burkina Faso, Egito, Peru, Filipinas, Portugal, ex-União Soviética, Suécia e Zimbábue. Seis eram mulheres, quatro homens. Eles representaram uma variedade de experiências profissionais, incluindo direitos humanos e direito internacional, justiça juvenil, trabalho social, medicina, jornalismo e trabalho governamental e não governamental. (EACDH, 2019)

O Comitê também monitora a implementação de dois Protocolos Facultativos à Convenção, sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados e sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil. Em 19 de dezembro de 2011, a Assembleia Geral da ONU aprovou um terceiro Protocolo Facultativo sobre um Procedimento de Comunicação, que permite que crianças apresentem denúncias relativas a violações específicas de seus direitos sob a ótica da Convenção e seus dois primeiros protocolos opcionais. O terceiro Protocolo entrou em vigor em abril de 2014.

Todos os Estados partes são obrigados a apresentar relatórios regulares ao Comitê sobre como os direitos estão sendo implementados. Os Estados devem apresentar um relatório inicial dois anos após a adesão à Convenção e, em seguida, relatórios periódicos a cada cinco

¹ A Child Rights Connect é uma associação suíça independente, sem fins lucrativos composta por mais de 80 organizações nacionais, regionais e internacionais. Seu principal objetivo é garantir que todas as crianças possam desfrutar plenamente de seus direitos, conforme definido pela CDC.

anos. O Comitê examina cada relatório e aborda suas preocupações e recomendações ao Estado-parte.

2.2 O ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO GERAL PARA AS CRIANÇAS EM CONFLITOS ARMADOS E O OPAC – PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA SOBRE O ENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM CONFLITOS ARMADOS

O Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças em Conflitos Armados atua como o principal defensor na ONU para a proteção e o bem-estar das crianças afetadas por conflitos armados. Para o cargo de Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças em Conflitos Armados, o Secretário-Geral nomeou Virginia Gamba da Argentina. Virginia tem mais de 30 anos de experiência e liderança profissional em questões relativas ao desarmamento, paz e segurança humana. (ESCRITÓRIO DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL PARA AS CRIANÇAS E CONFLITO ARMADO, 2019)

O mandato do Representante Especial do Secretário-Geral da Criança em Conflitos Armados foi definido pela Assembleia Geral após a publicação, em 1996, de um relatório de Graça Machel intitulado “Impacto do Conflito Armado sobre Crianças”. Seu relatório destacou o impacto desproporcional da guerra sobre as crianças e identificou-as como as principais vítimas de conflitos armados. (ESCRITÓRIO DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL PARA AS CRIANÇAS E CONFLITO ARMADO, 2019)

O papel do Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados é fortalecer a proteção de crianças afetadas por conflitos armados, aumentar a conscientização, promover a coleta de informações sobre o sofrimento das crianças afetadas pela guerra e promover a cooperação internacional para melhorar sua proteção. O representante se reporta anualmente à Assembleia Geral e ao Conselho de Direitos Humanos e levanta os desafios enfrentados por crianças em guerra a órgãos políticos, como o Conselho de Segurança da ONU, bem como perante governos relevantes para manter um senso de urgência entre os principais tomadores de decisão, assim como assegurar o engajamento político e diplomático.

Desde 1999, o envolvimento sistemático do Conselho de Segurança da ONU colocou firmemente a situação das crianças afetadas por conflitos armados como uma questão que afeta a paz e a segurança.

Como já citado, o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados (OPAC) visa proteger as crianças do recrutamento e uso em hostilidades. O Protocolo foi adotado pela Assembleia Geral em 25 de maio de 2000 e entrou em vigor em 12 de fevereiro de 2002.

Atualmente, 168 países ratificaram o OPAC. Há 17 países que não assinaram nem ratificaram o protocolo e 12 países que assinaram, mas ainda estão por ratificar.

O OPAC é um compromisso de que: (OPAC, 2002)

- a) os Estados não vão recrutar crianças com menos de 18 anos para enviá-las ao campo de batalha;
- b) os Estados não irão recrutar soldados com menos de 18 anos;
- c) os Estados devem tomar todas as medidas possíveis para impedir tal recrutamento - incluindo a legislação para proibir e criminalizar o recrutamento de menores de 18 anos e envolvê-los nas hostilidades;
- d) os Estados desmobilizarão menores de 18 anos recrutados ou usados em hostilidades e fornecerão serviços de recuperação física e psicológica, além de ajudar na sua reintegração social;
- e) grupos armados distintos das forças armadas de um país não devem, sob nenhuma circunstância, recrutar ou usar em hostilidades menores de 18 anos.

Em 25 de maio de 2010, o Secretário-Geral da ONU lançou a “Campanha Global pela Ratificação Universal e Implementação dos Protocolos Opcionais para a CDC”. Além do OPAC, a campanha visava a ratificação universal do Protocolo Facultativo sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil (OPSC).

Para continuar a apoiar esta campanha, o Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados lançou a campanha “Zero Under 18”, para alcançar a ratificação universal do OPAC. Esta campanha terminou em 2012 e, juntamente com o alcance obtido através da Campanha Global, gerou 21 novas ratificações para o Protocolo Opcional.

3 O CONFLITO ARMADO NA SÍRIA

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CONFLITOS ARMADOS

Desde o início dos tempos, guerras e batalhas tiveram um impacto significativo no curso da história. Normas sobre a guerra e os meios de se conduzir as hostilidades existem desde os primórdios da civilização. Desde as primeiras batalhas na antiga Mesopotâmia até as guerras de hoje no Oriente Médio, os conflitos tiveram o poder de moldar e mudar nosso mundo. Ao longo dos séculos, o combate se tornou cada vez mais sofisticado. No entanto, a capacidade da guerra de mudar o mundo permaneceu a mesma.

As “normas da guerra”, embora esse termo pareça atual, na verdade são tão antigas quanto a própria guerra. Há registros da adoção de regras costumeiras para a condução dos conflitos armados desde 1000 a.C., e, ao longo do tempo, esses dispositivos foram sendo normatizados. Inicialmente, em tratados bilaterais e a partir do século XIX em tratados multilaterais. Entre os povos da Antiguidade, por exemplo, os sumérios destacavam-se por conferir à guerra certa organização, estabelecendo imunidades e a necessidade de uma declaração específica. O Código de Hamurabi dizia: “Prescrevo estas leis para impedir que o mais forte oprima o mais fraco”. Na Índia, códigos como o Mahabharata e o Ramanaya dispunham sobre a proibição de matar o inimigo desarmado, sobre os direitos dos feridos de retornar a seus lugares de origem e sobre a ilicitude de certos meios de combate, como o uso de flechas envenenadas. (BIERRENBACH, 2011)

Considerada “a mais brutal das manifestações humanas”, a guerra deve ser analisada continuamente. Se em um primeiro momento não havia qualquer preocupação com uma possível limitação ao uso da guerra nas relações internacionais, com o desenvolvimento da sociedade humana desenvolve-se a inquietação para se legitimar o uso da força pelos Estados. Mesmo tendo sido criminalizadas, a atualidade infelizmente nos mostra que as guerras ainda existem e que causam um número de vítimas cada vez maior. Portanto, é imprescindível que o direito, como fator regulador da vida em sociedade, crie mecanismos para apaziguar o sofrimento humano causado por uma situação de conflito armado. (BORGES, 2006)

O Direito Internacional Humanitário é um conjunto de normas que procura limitar os efeitos de conflitos armados, proteger as pessoas que não participam ou que deixaram de participar das hostilidades e restringir os meios e métodos de combate. As origens do Direito Internacional Humanitário (DIH) podem ser encontradas nos códigos e regras de religiões e nas culturas do mundo inteiro. O desenvolvimento moderno do Direito teve início na década

de 1860; desde então, os Estados acordaram numa série de normas práticas, baseadas na dura experiência da guerra moderna, que refletem num delicado equilíbrio entre as preocupações humanitárias e as necessidades militares dos Estados. Com o crescimento da comunidade internacional, aumentou igualmente o número de Estados em todo o mundo que contribuíram para o desenvolvimento do DIH, que pode hoje em dia ser considerado como um sistema de direito verdadeiramente universal. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1998)

O propósito do Direito Internacional Humanitário é limitar o sofrimento causado pela guerra ao proteger e assistir as vítimas sempre que possível. O direito, portanto, aborda a realidade de um conflito sem considerar os motivos ou a legalidade de recorrer à força. Ele regula somente os aspectos do conflito que são de preocupação humanitária. Isso é conhecido como *jus in bello* (direito na guerra). Suas disposições se aplicam às partes beligerantes independentemente do motivo para o conflito ou se a causa defendida por qualquer uma das partes seja justa. Já o *jus ad bellum* (direito do uso da força) ou o *jus contra bellum* (direito da prevenção à guerra) busca limitar o recurso da força entre os Estados. Segundo a Carta da ONU, os Estados devem abster-se de ameaçar ou usar a força contra a integridade territorial ou a independência política de outro Estado (Art. 2º, para. 4º). As exceções a esse princípio são previstas para os casos de autodefesa ou conforme a decisão adotada pelo Conselho de Segurança da ONU no capítulo VII da Carta da ONU. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1998)

Segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, o DIH compreende dois ramos distintos: o Direito de Genebra, cujo objetivo é proteger os militares que deixaram de participar dos combates e as pessoas que não participam diretamente nas hostilidades, a população civil, e o Direito da Haia, que determina os direitos e as obrigações dos beligerantes na condução das operações militares e que limita a escolha dos meios utilizados para prejudicar o inimigo. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1998)

O Direito da Haia encontra a maior parte de suas regras nas Convenções da Haia de 1899 e baseia-se fundamentalmente na Convenção sobre as leis e os Costumes da Guerra Terrestre e o regulamento sobre a Guerra Terrestre, anexo à Convenção, adotados na Haia, em 1899, durante a Primeira Conferência de Paz. Em 1907, durante a II Conferência de Paz da Haia, esses textos foram revistos, com algumas exceções, totalizando 13 Convenções, relativas às leis e costumes da guerra, aos direitos e deveres das potências neutras em caso de guerra terrestre, ao regime dos navios de comércio no início das hostilidades, à transformação dos navios de comércio em navios de guerra, à colocação de minas submarinas e ao

bombardamento por forças navais em tempos de guerra, entre outras. (BIERRENBACH, 2011)

O Direito de Genebra é constituído das quatro Convenções de Genebra, adotadas em 12 de agosto de 1949: a convenção para melhorar a situação dos feridos e doentes das Forças Armadas em campanha (Convenção I); a convenção para melhorar a situação dos feridos, doentes e náufragos das forças armadas no mar (Convenção II); a convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra (Convenção III); e a convenção relativa à proteção das pessoas civis em tempos de guerra (Convenção IV). Em 1977, foram adotados Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1949: o protocolo adicional relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais (Protocolo I), que reuniu os Direitos de Genebra e da Haia, atentou para a necessidade de reduzir as operações militares a fim de diminuir o número de vítimas e tornou as lutas contra o domínio colonial, a ocupação estrangeira e os regimes racistas parte integrante dos conflitos internacionais; e o protocolo relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados não internacionais (Protocolo II), que completa o artigo 3º, comum às quatro convenções. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2016)

Ainda, o Direito Internacional Humanitário (DIH) distingue entre duas categorias de conflitos armados, os conflitos armados internacionais, em que dois ou mais Estados se enfrentam; e os conflitos armados não internacionais, entre forças governamentais e grupos armados não governamentais, ou somente entre estes grupos. De acordo com o artigo 2º da Convenção de Genebra de 1949, os conflitos armados internacionais (CAI) são aqueles em que se enfrentam as “Altas Partes Contratantes”, que são os Estados. Um CAI ocorre quando um ou mais Estados recorrem à força armada contra outro Estado, sem importar a intensidade do confronto. As normas relevantes do DIH podem ser aplicáveis mesmo na ausência de hostilidades abertas. Ademais, não é preciso nenhuma declaração formal de guerra ou reconhecimento da situação. A existência de um CAI e a conseqüente possibilidade de aplicar o Direito Internacional Humanitário a esta situação depende dos acontecimentos em concreto. Por exemplo, pode haver um CAI mesmo que um dos beligerantes não reconheça o governo da parte adversa. Os Comentários às Convenções de Genebra de 1949 confirmam que “qualquer controvérsia que surja entre dois Estados que leve à intervenção das forças armadas é um conflito armado na acepção do artigo 2º, mesmo que uma das Partes negue a existência do estado de guerra. Não importa a duração do conflito ou quanta mortandade ocorra”. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2008)

De acordo com o artigo 3º da Convenção de Genebra de 1949, são considerados conflitos armados não internacionais aqueles nos quais haja o envolvimento de um ou mais grupos armados não governamentais. Dependendo da situação, as hostilidades podem ocorrer entre forças armadas governamentais e grupos armados não governamentais, ou somente entre estes grupos. Como as quatro Convenções de Genebra são universalmente ratificadas, o requisito de que o conflito armado deva ocorrer “no território de uma das Altas Partes Contratantes” perde sua importância na prática. De fato, qualquer conflito armado entre as forças armadas governamentais e grupos armados, ou entre estes grupos, somente poderá surgir no território de uma das Partes da Convenção. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2016)

Devido à necessidade de aplicar princípios humanitários básicos nos conflitos armados, a Assembleia Geral das Nações Unidas, durante a Conferência Internacional dos Direitos Humanos, adotou a Resolução 2444 (XXIII), intitulada “Respeito pelos direitos humanos em período de conflitos armados”, em 12 de maio de 1968. Como base, utilizou-se a Resolução XXVIII da 20ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha, realizada em Viena em 1965, que estabeleceu alguns princípios de observância por todas as autoridades governamentais e outras responsáveis pela ação em conflitos armados. (23º RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1968)

Alguns dos princípios listados são: que o direito das partes em conflito de adotar meios de ferir o inimigo não é ilimitado; é proibido lançar ataques contra as populações civis como tais; e essa distinção deve ser feita em todos os momentos entre as pessoas que participam das hostilidades e membros da população civil, para que estes sejam poupados o máximo possível. O documento também propõe que o Secretário-Geral, em consulta com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e outras organizações internacionais apropriadas, estudem medidas que poderiam ser tomadas para garantir uma melhor aplicação dos convênios e regras internacionais humanitárias existentes em todos os conflitos armados; e a necessidade de convenções internacionais humanitárias adicionais ou de outros instrumentos legais adequados para garantir a melhor proteção de civis, prisioneiros e combatentes em todos os conflitos armados e a proibição e limitação do uso de certos métodos e meios de guerra. Por fim, todos os Estados, que ainda não fazem parte, são convidados a se tornarem partes das Convenções de Haia de 1899 e 1907, do Protocolo de Genebra de 1925 e das Convenções de Genebra de 1949. (23º RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1968)

3.2 HISTÓRICO DO CONFLITO NA SÍRIA

A guerra civil síria, que está devastando todo o país e os demais países vizinhos, é um conflito complexo que envolve várias nações, grupos rebeldes e organizações terroristas. O que começou como um protesto não violento em 2011 rapidamente se transformou em uma violenta guerra civil. O Observatório Sírio dos Direitos Humanos (SOHR), um grupo de monitoramento, estimou que o número de mortos desde o início da guerra chegou a 511.000 em março de 2018. Anos de combates implacáveis deixaram 6,6 milhões de deslocados internos e 5,6 milhões de pessoas em todo o mundo, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018)

Embora muitos motivos complicados tenham levado à guerra civil na Síria, um evento, conhecido como Primavera Árabe, se destaca como talvez o gatilho mais significativo para o conflito. No início de 2011, uma série de protestos políticos e econômicos no Egito e na Tunísia eclodiram. Essas revoltas bem-sucedidas, apelidadas de Primavera Árabe, serviram de inspiração para ativistas pró-democracia na Síria. (JULIE MARKS, 2018)

No entanto, em março daquele ano, 15 estudantes sírios que escreveram grafites inspirados na Primavera Árabe foram presos e torturados por opositores ao movimento, resultando na morte de um dos estudantes. A prisão desses jovens provocou indignação e manifestações em toda a Síria. Os cidadãos exigiram a libertação das crianças restantes, juntamente com maiores liberdades para todas as pessoas no país. (JULIE MARKS, 2018)

O governo liderado pelo presidente Bashar al-Assad, que se tornou presidente em 2000 após a morte de seu pai, respondeu a essas manifestações matando e prendendo centenas de manifestantes. Choque e raiva logo começaram a se espalhar por toda a Síria e muitos exigiram que Assad renunciasse à presidência. Entretanto, quando ele se recusou, a guerra eclodiu entre seus partidários e seus oponentes. No entanto, em julho de 2011, os rebeldes sírios formaram o Exército Livre da Síria (ELS), e uma guerra civil era iminente. (JULIE MARKS, 2018)

Mesmo antes do incidente inspirado na Primavera Árabe, muitos cidadãos sírios estavam insatisfeitos com a incompetência do governo, a falta de liberdade das pessoas e as condições gerais de vida em seu país. Uma economia atrasada, com alto índice de desemprego, corrupção governamental e uma seca severa foram outras questões que geraram frustração entre as pessoas sob o governo de Assad. (JULIE MARKS, 2018)

Outro problema era uma atmosfera religiosa tensa no país: a maioria dos sírios são muçulmanos sunitas, mas o governo da Síria é dominado por membros da seita xiita alawita.

A tensão entre os dois grupos é um problema permanente em toda a Síria e em outras nações do Oriente Médio. (JULIE MARKS, 2018)

Desde o início da guerra, a situação na Síria tornou-se muito mais complicada, à medida que outros países e combatentes organizados entraram em cena. Os principais apoiadores do governo sírio são a Rússia, o Irã e o Hezbollah (um grupo de milícias baseado no Líbano). Por outro lado, os Estados Unidos, a Arábia Saudita, o Catar, a Turquia e outros países ocidentais são descritos como defensores de grupos rebeldes moderados. (JULIE MARKS, 2018)

O conflito em curso também encorajou organizações terroristas, como o ISIS (na sigla em português, Estado Islâmico do Iraque e da Síria) e a al-Qaeda, a participarem do caos. E esses grupos são compostos principalmente por militantes sunitas. Os rebeldes e as forças de Assad lutaram em batalhas separadas contra o Estado Islâmico, ao mesmo tempo em que travavam guerra entre si. (JULIE MARKS, 2018)

Para complicar ainda mais a dinâmica, os Estados Unidos lideraram uma campanha de bombardeio internacional contra alvos do ISIS desde 2014. E em abril de 2017 e 2018, os Estados Unidos lançaram ataques militares contra locais de armas químicas na Síria. (JULIE MARKS, 2018)

Especialistas estimam que 13,1 milhões de sírios precisam de assistência humanitária, como remédios ou alimentos, e quase 3 milhões dessas pessoas vivem em áreas de difícil acesso. Mais de 5,6 milhões de refugiados fugiram do país e outros 6,6 milhões estão deslocados dentro da Síria. A Turquia, o Líbano e a Jordânia são os principais responsáveis por abrigar os refugiados sírios. (JULIE MARKS, 2018)

Diante desse cenário, as crianças são as mais vulneráveis a todos os tipos de perigos causados pela guerra, desde desnutrição à falta de educação e outros recursos básicos. Elas são as que mais sofrem nas guerras. Dos 18 milhões de pessoas na Síria, 13 milhões precisam de ajuda humanitária e segundo a ONU, 40% são crianças. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2018)

Em 2015, o UNICEF identificou 1.500 casos individuais de graves violações dos direitos das crianças na Síria, entre os quais mais de 60% foram casos de assassinatos e mutilações após o uso de armas explosivas em áreas civis habitadas. Além disso, as crianças também são vítimas de repressão pelo regime. Em 2014, a ONU revelou ainda que o regime sírio deteve e torturou inúmeras crianças. (HUMANIUM, 2016)

A Síria tinha um sistema de educação forte, em vigor antes da guerra civil, com quase 100% de crianças no ensino primário e 70% de crianças que frequentavam o ensino

secundário. De acordo com o censo de 2004, a taxa de alfabetização na Síria era de 79,6%, 86% dos homens e 73,6% das mulheres eram alfabetizados. Em 2016, o UNICEF informou que 2,1 milhões de crianças na Síria e 700.000 crianças refugiadas sírias não têm acesso à educação. E havia um total de 80.000 crianças refugiadas no país vizinho, na Jordânia, que estavam fora da escola. (HUMANIUM, 2016)

Antes do conflito, os programas de vacinação na Síria tiveram uma taxa de cobertura de 91%, caindo para 68% em 2012. Doenças que foram erradicadas anteriormente na Síria, como a poliomielite, em 2016 afetaram até 80.000 crianças em todo o país. No mesmo ano, a Save the Children contabilizou 200 mil mortes por doenças crônicas devido à falta de acesso ao tratamento. (HUMANIUM, 2016)

No ano de 2017 não houve muitas mudanças nesse cenário. Um relatório do Unicef descobriu que em 2017 houve 910 mortos em um conflito que causou um prejuízo desproporcional sobre as pessoas mais vulneráveis do país. Em quase todos os indicadores econômicos, as crianças na Síria tiveram piores condições em 2017 do que no ano anterior. A escassez de alimentos aumentou em todo o país, com os jovens novamente sofrendo por falta de nutrição adequada. E estima-se que até 12% dos jovens sírios são considerados desnutridos agudos. O efeito psicológico nas gerações jovens que passaram pelo menos metade de suas vidas em conflito, privadas de alimentação, educação e assistência médica adequadas está entre as categorias de risco mais difíceis de avaliar. (THE GUARDIAN, 2017)

O Mecanismo de Monitoramento e Relatório da Síria (MRM4Syria) sobre graves violações contra crianças em situações de conflito armado constatou 26 ataques a instituições de ensino, e o setor da saúde registrou até 107 ataques afetando trabalhadores e instalações de saúde no primeiro semestre de 2017. No ano, as vulnerabilidades globais continuaram a se aprofundar, afetando desproporcionalmente as crianças. O recrutamento de crianças era uma preocupação especial, com 18% dos 300 casos verificados (dos quais 289 envolveram meninos) envolvendo crianças com menos de 15 anos, muitos dos quais relataram envolvimento em papéis ativos de combate. (UNICEF, 2017)

Infelizmente, 2018 foi o ano que apresentou mais mortes de crianças no conflito sírio, segundo a Unicef. Estima-se que 1.106 crianças foram mortas em meio aos combates, o máximo desde o início da guerra. O número de crianças mortas aumentou desde que o Unicef começou a contar em 2014, passando de mais de 600 mortos em 2016 para mais de 900 mortos em 2017. (HUFFPOST, 2018)

Houve mais de 250 ataques a instalações de educação e saúde e mais de 400 crianças foram mortas ou feridas em 2018 por munições não detonadas (armas como bombas que não

detonaram quando lançadas, mas que representam um risco de explosão posterior). No mesmo ano, cerca de 60 crianças morreram fugindo da luta contra o grupo militante do Estado Islâmico na área de Baghouz, caminhando para um campo de deslocados a cerca de 320 quilômetros de distância. (HUFFPOST, 2018)

Em meio ao caos da guerra síria, um importante passo foi dado em 2019. Após meses de conversações, as Forças Democráticas da Síria (SDF) assinaram um Plano de Ação com as Nações Unidas para acabar e impedir o recrutamento e uso de crianças menores de 18 anos. O Comandante da Força da SDF, General Mazloum Abdi, assinou em nome da SDF e a Representante Especial do Secretário Geral da ONU para Crianças e Conflitos Armados, a Sra. Virginia Gamba, assinou em nome das Nações Unidas, durante uma cerimônia oficial em 29 de junho de 2019. (THE ALLIANCE FOR CHILD PROTECTION IN HUMANITARIAN ACTION, 2019)

Diversas organizações governamentais e não governamentais têm trabalhado na região para fornecer educação, saúde e outros apoios às crianças, porém, lamentavelmente, isso não é suficiente. Diversas pessoas que vivenciam o conflito sírio já apelaram a todas as partes e a qualquer pessoa com influência sobre elas para que a paz aconteça. “Em nome das crianças sírias: a guerra precisa urgentemente de um acordo pacífico. Não podemos continuar justificando a perda diária de vidas de crianças inocentes.” (HUFFPOST, 2018)

3.2.1 Deslocamento forçado interno e externo na síria

Ao longo da última década, a população global de pessoas deslocadas à força aumentou substancialmente, de 43,3 milhões em 2009 para 70,8 milhões em 2018, atingindo um nível recorde. A maior parte desse aumento ocorreu entre 2012 e 2015, impulsionado principalmente pelo conflito sírio. (GLOBAL TRENDS, 2018)

Os sírios foram a segunda maior população recentemente deslocada, com 889.400 pessoas em 2018. Dessas, 632.700 foram recentemente deslocadas para fora do país, enquanto as demais foram deslocadas internamente. Entre os recém-deslocados através das fronteiras, a grande maioria permaneceu perto de casa. Mais de meio milhão de novos registros de refugiados e pedidos de refúgio se originaram da Síria em 2018, a maioria na Turquia. (GLOBAL TRENDS, 2018)

No final de 2018, os sírios continuaram a ser a maior população deslocada à força, com 13 milhões de pessoas vivendo em desalojamento, incluindo 6.654.000 refugiados, 6.184.000 pessoas deslocadas internamente e 140.000 pessoas em busca de refúgio. A

proporção de mulheres e meninas na população refugiada era de 48%, semelhante aos últimos anos e as crianças representavam cerca de metade da população refugiada, também semelhante aos anos anteriores. (GLOBAL TRENDS, 2018)

Como tem sido o caso desde 2014, o principal país de origem dos refugiados em 2018 foi a Síria, com 6,7 milhões no final do ano, um aumento sobre os 6,3 milhões do ano anterior. Enquanto estes refugiados foram hospedados por 127 países em seis continentes, a grande maioria (85%) permaneceu em países da região. A Turquia continuou a abrigar a maior população de refugiados sírios, aumentando ao longo de 2018, através de novos registros e nascimentos, chegando a 3.622.400 até o final do ano. (GLOBAL TRENDS, 2018)

Os países do Oriente Médio e Norte da África, com um número significativo de refugiados sírios, incluíram o Líbano (944.200), a Jordânia (676.300), o Iraque (252.500) e o Egito (132.900). Fora da região, os países com grandes populações de refugiados sírios incluíam a Alemanha (532.100), a Suécia (109.300), o Sudão (93.500), a Áustria (49.200), os Países Baixos (32.100), a Grécia (23.900), a Dinamarca (19.700), a Bulgária (17.200), Suíça (16.600), França (15.800), Armênia (14.700), Noruega (13.900) e Espanha (13.800). (GLOBAL TRENDS, 2018)

Uma pesquisa de percepção de retorno e intenções realizada entre refugiados sírios em 2018 descobriu que 76% dos refugiados sírios esperavam retornar à Síria um dia, um aumento significativo em relação aos 51% relatados em 2017. Embora a maioria dos refugiados pesquisados tenha aspirações de voltar para casa, apenas alguns viam o retorno como uma possibilidade de curto prazo dentro de um período de 12 meses. De fato, 85% dos entrevistados afirmaram não ter intenção de retornar à Síria nos próximos 12 meses, enquanto 11% estavam indecisos e apenas 4% pretendiam retornar. (GLOBAL TRENDS, 2018)

A Síria continuou sendo o país com o segundo maior nível de deslocamento interno. Durante 2018, 256.700 novos deslocamentos foram relatados, com o total de 6.183.900 deslocados. Quando a crise na Síria entrou em seu oitavo ano, as contínuas hostilidades no leste de Ghouta e Afrin levaram ao deslocamento em larga escala para a zona rural de Damasco e para o norte da Síria. (GLOBAL TRENDS, 2018)

As crescentes tensões no sul da Síria forçaram as pessoas a fugir para a fronteira com a Jordânia e a área de Golan a oeste. Incêndios esporádicos de artilharia e disputas internas entre grupos armados não-estatais no noroeste da Síria e no sudeste de Deir-ez-Zor levaram a sucessivas ondas de novos deslocamentos para a província de Idlib. Embora houvesse deslocamentos em muitas regiões do país, mais da metade dos novos deslocamentos foram registrados na província de Idlib. (GLOBAL TRENDS, 2018)

Os pedidos de refúgio dos sírios foram o terceiro mais comum, em contraste com os anos anteriores. Houve 106.200 novos pedidos em 2018, um quarto do pico de 409.900 em 2015 e um pequeno declínio nos 117.100 apresentados em 2017. O número de novos pedidos individuais é adicional aos recém-chegados em países onde os sírios recebem um tratamento individual inicial ou o reconhecimento de grupo, como na Jordânia e no Líbano; ou na Turquia, onde lhes são concedidos abrigos sob o regime de Proteção Temporária do Governo. (GLOBAL TRENDS, 2018)

Excluindo esses países, pedidos de refúgio individuais de sírios foram apresentados em 98 países, principalmente na Europa. A Alemanha foi o país europeu que recebeu o maior número de pedidos de refúgio, totalizando 44.200 pedidos, seguido da Grécia, com 13.100 pedidos. Além disso, outros países receberam um grande número de pedidos de refúgio de sírios, sendo eles, os Emirados Árabes Unidos (7.200), a França (5.000), a Áustria (3.300), os Países Baixos (3.000), a Espanha (2.900), a Bélgica (2.800), a Suécia (2.500), a Arábia Saudita (2.200) e a Albânia (2.100). (GLOBAL TRENDS, 2018)

Sem a proteção da família, crianças desacompanhadas e separadas correm muitas vezes riscos de exploração e abuso. O número de crianças relatadas como tendo solicitado refúgio durante 2018 foi de 27.600 durante o ano. No final de 2018, 111.000 crianças desacompanhadas e separadas foram registradas entre a população de refugiados.

De acordo com dados do Unicef, cerca de 30.000 crianças chegaram à Grécia, Itália, Bulgária e Espanha entre janeiro e dezembro de 2018, uma queda de 9% em relação a 2017. Um total de 12.700 crianças que chegaram à Europa em 2018 estavam desacompanhadas e separadas e cerca de 14.600 crianças refugiadas foram reassentadas na Europa em 2018, principalmente para o Reino Unido, França e Suécia. Do total de crianças que buscaram proteção internacional na Europa em 2018, quase 70% foram registradas em apenas três países: Alemanha (78.280), França (24.135) e Grécia (21.770). (UNICEF, 2018)

Em 2018, os países europeus registraram cerca de 602.920 novos requerentes de refúgio. Quase um terço deles (32%) eram crianças (191.360). Isso representa uma redução de 8% em comparação com crianças requerentes de refúgio em 2017. Quase metade de todas as crianças requerentes de refúgio eram da República Árabe da Síria (28%), Iraque (10%) e Afeganistão (9%), com um aumento do número de crianças requerentes de refúgio da Eritreia (4%), Turquia (4%), Venezuela (3%), Nigéria (3%) e Irã (3%). (UNICEF, 2018)

Como nos anos anteriores, a Alemanha continuou sendo o principal destino das crianças refugiadas e migrantes, registrando 43% de todos os pedidos de refúgio infantil em 2018 (78.270 crianças). Outros países que registaram um grande número de crianças

requerentes de refúgio incluem a França (24.145 crianças, 13%), a Grécia (21.770 crianças, 11%), Espanha (11.035 crianças, 6%), o Reino Unido (8.975 crianças, 4%) e Itália. (8.535 crianças, 4%). (UNICEF, 2018)

3.2.4 Situação das crianças sírias

3.2.4.1 De 2011 a 2014

Nos três primeiros anos da guerra civil síria 5.5 milhões de crianças já haviam sido afetadas pelo conflito. Uma em cada 10 crianças, mais de 1,2 milhão, fugiu do país para tornar-se refugiada em países vizinhos. E esses números estão subindo todos os dias. Até o final de janeiro de 2014, 37.498 crianças sírias haviam nascido como refugiadas. Desde março de 2013, o número de crianças afetadas pela crise mais que dobrou de 2,3 milhões para mais de 5,5 milhões em 2015. O número de crianças deslocadas na Síria mais do que triplicou de 920.000 para quase 3 milhões. E o número de crianças refugiadas mais do que quadruplicou, de 260.000 para mais de 1,2 milhão. Destas crianças, 425.000 têm menos de cinco anos. (UNICEF, 2014)

Segundo um relatório do Unicef, meninos de até 12 anos foram recrutados para apoiar os combates: alguns em combates reais, outros para trabalhar como informantes, guardas ou contrabandistas de armas. Dois terços dos sírios pesquisados nas províncias mais inseguras acreditam que o recrutamento de crianças aumentou rapidamente. As crianças são apanhadas pelas forças armadas em residências, escolas, hospitais e postos de controle. Crianças de até 11 anos eram detidas com adultos e em alguns casos, eram até mesmo submetidas a tortura e abuso sexual para humilhá-las, forçar confissões ou pressionar parentes a se renderem. (UNICEF, 2014)

Também houve relatos de estupro infantil, incluindo estupro coletivo, e de crianças usadas como escudos humanos, forçadas às linhas de frente a ficarem entre tanques e combatentes para dissuadir os inimigos de atacar. Essa detenção e tratamento de crianças viola convenções sobre os direitos das crianças das quais a Síria é parte, principalmente a Convenção sobre os Direitos da Criança, que a Síria ratificou em 1993. (UNICEF, 2014)

Em março de 2014, 60 a 70% dos hospitais e clínicas sírias foram destruídos ou danificados durante bombardeios e confrontos e a equipe médica fugiu parcialmente do conflito. Os sistemas de água potável também foram devastados e o acesso a alimentos tornou-se ainda mais problemático. Essa situação resultou no atendimento inadequado dos

feridos, vacinação em declínio e aumento das taxas de crianças atingidas por doenças perigosas. A poliomielite reapareceu, o que, na ausência de cuidados adequados, ameaça a vida dos mais jovens da mesma maneira que o sarampo, pneumonia e diarreia. (HUMANIUM, 2014)

Em 2014, a Human Rights Watch publicou o relatório “Talvez Vivamos e Talvez Morramos - Recrutamento e Uso de Crianças por Grupos Armados na Síria”. Neste documento, a ONG relatou o uso de crianças soldados por grupos armados não estatais, uma prática que vai contra o Direito Internacional e é considerada um crime de guerra. O número exato de meninos recrutados, com idade média de 10 a 16 anos, é desconhecido. (HUMANIUM, 2014)

Ao longo do mesmo ano, as tentativas de atravessar o Mar Mediterrâneo resultaram em aproximadamente 3.500 mortes. Muitas crianças foram vítimas de afogamento. Aqueles que sobreviveram viram horror e morte de perto e, às vezes, perderam um ente querido durante a travessia. Quando chegaram em solo europeu, seus problemas não terminaram. Sem conhecer o idioma e, às vezes, mesmo sabendo onde estão, eles enfrentam a relutância dos Estados europeus em dar-lhes refúgio, bem como as inadequações de certos campos de refugiados superpovoados. (HUMANIUM, 2014)

Dado ao caos que reina na Síria, bem como nos campos de refugiados, as crianças, devido à sua vulnerabilidade e, principalmente se são órfãs ou separadas de seus entes queridos, se veem indefesas contra abuso ou violência sexual. E também são presas fáceis para os traficantes, que os reservam para trabalho forçado ou exploração sexual. (HUMANIUM, 2014)

3.2.4.2 2015

Antes do início desastroso na crise e no conflito armado, a Síria era um país de renda média capaz de proporcionar uma vida decente para a maioria de seus habitantes. Quase todas as crianças frequentaram a escola e as taxas de alfabetização estavam acima de 90%. Quatro anos depois da crise, estimava-se que quatro em cada cinco sírios viviam na pobreza e 7,6 milhões de pessoas estavam deslocadas internamente. No final de 2014, a taxa de desemprego havia quase quadruplicado, atingindo 57,7%. Os países vizinhos também sofreram as consequências do que se tornou uma crise regional, lutando para lidar com um fluxo de quatro milhões de refugiados, dos quais cerca de metade eram crianças. (SAVE THE CHILDREN, 2015)

O trabalho infantil era um fato da vida na Síria antes da guerra, mas a crise humanitária exacerbou enormemente o problema. Como resultado, muitas crianças acabaram se envolvendo em atividades econômicas que são mental, física ou socialmente perigosas e que limitam seu direito básico à educação. (SAVE THE CHILDREN, 2015)

A crise na Síria reduziu drasticamente as oportunidades de subsistência e empobreceu milhões de famílias na região. Seja na Síria ou nos países vizinhos, as crianças são frequentemente as principais, ou até mesmo as únicas, provedoras da alimentação. Na Jordânia, 47% das famílias de refugiados diziam depender parcialmente ou totalmente da renda gerada por uma criança. Cerca de 2,7 milhões de crianças sírias estavam fora da escola, e boa parte das crianças que compunham esse número eram forçadas a trabalhar ao invés de estudar. O acesso limitado que essas crianças têm à educação de qualidade faz parte do problema. Além disso, as crianças que trabalham têm maior probabilidade de abandonar a escola. (SAVE THE CHILDREN, 2015)

À medida que as circunstâncias econômicas das famílias se tornavam mais desesperadoras, as condições de trabalho em que as crianças se encontravam estava piorando. Na Jordânia, por exemplo, a maioria das crianças que trabalhavam em comunidades que as acolhiam, trabalhavam seis ou sete dias por semana e um terço trabalhava mais de oito horas por dia. Sua renda diária era entre US\$4 e US\$77. As crianças também começaram a trabalhar muito cedo, muitas vezes antes dos 12 anos de idade. Em algumas partes do Líbano, crianças de seis anos de idade estão sendo colocadas para trabalhar. (SAVE THE CHILDREN, 2015)

O trabalho prejudicial afeta negativamente o corpo das crianças e suas perspectivas de vida. Cerca de 75% das crianças que trabalham no campo de refugiados de Za'atari, na Jordânia, relataram problemas de saúde; quase 40% relataram lesão, doença ou problemas de saúde; 35,8% das crianças que trabalham no vale do Bekaa, no Líbano, são incapazes de ler ou escrever. Meninos e meninas envolvidos em trabalho prejudicial perdem a infância. (SAVE THE CHILDREN, 2015)

As crianças da Síria enfrentam riscos específicos, especialmente aqueles envolvidos no contrabando de mercadorias, na coleta e venda de petróleo ou outras formas de trabalho manual. Pesquisas encontraram crianças com idades entre nove e 16 anos trabalhando 12 horas por dia por pouco salário e sob a ameaça de abuso físico. As crianças que trabalham na agricultura podem ser expostas a pesticidas, equipamentos perigosos e longas horas de trabalho em temperaturas extremas. No vale do Jordão, por exemplo, crianças jordanianas e sírias foram encontradas trabalhando em média de 25 a 30 horas por semana. (SAVE THE CHILDREN, 2015)

A escola não é uma opção para a maioria dessas crianças; 28% das crianças que trabalham na Jordânia frequentam a escola, em comparação com apenas 2,4% dos sírios. No vale de Bekaa, no Líbano, antes do conflito, os proprietários de terras pagavam aos trabalhadores migrantes US\$10 por cinco horas de trabalho. Agora, crianças de até 10 anos que trabalham ao lado de adultos recebem apenas US\$4 por um dia inteiro. Crianças que vivem ou trabalham na rua enfrentam os maiores perigos de todos. Um estudo recente no Líbano identificou 1.510 crianças de rua, principalmente em Beirute e Trípoli, 73% das quais eram refugiadas da Síria. O tipo mais comum de trabalho é a mendicância (43%), seguida pela venda ambulante (37%). A renda média é de US\$11 por dia, mas varia consideravelmente, de US\$9 para pedintes e lavagem de para-brisas até US\$21-36 para atividades ilícitas ou prostituição. (SAVE THE CHILDREN, 2015)

3.2.4.3 2016

Durante 2016, as crianças da Síria continuaram sofrendo com a violência brutal dos conflitos, o que afetou diretamente sua sobrevivência, proteção, desenvolvimento e bem-estar. Até o final do ano, 13,5 milhões de pessoas precisavam de assistência, incluindo 5,8 milhões de crianças. Destes, 6,3 milhões de pessoas foram arrancadas de suas casas e forçadas a se mudar, enquanto cerca de 5 milhões fugiram do país. Ao longo do ano, as crianças enfrentaram violência, abuso e exploração, recrutamento e uso por grupos armados, mortes, mutilação, sequestro e violência sexual e de gênero. (UNICEF, 2016)

As escolas foram afetadas diretamente, resultando em mortes, lesões e interrupção do aprendizado. Ao longo do ano, a ONU documentou mais de 60 incidentes de ataques a escolas. Durante o mesmo período, 101 hospitais foram alegadamente atacados, resultando em danos e destruição e impactando serviços de saúde. A água continuou sendo usada como arma de guerra. Em aproximadamente 30 ocasiões diferentes, a infraestrutura e o suprimento de água foram atacados diretamente ou deliberadamente desativados como uma tática de guerra. (UNICEF, 2016)

Considerando que, em 2009, 94% das crianças sírias frequentavam o ensino fundamental e médio, até junho de 2016, apenas 60% das crianças frequentavam os mesmos, deixando 2,1 milhões de crianças e adolescentes sem acesso à educação. Na Turquia, apenas 39% das crianças e adolescentes refugiados em idade escolar estavam matriculados no ensino fundamental e médio, 40% no Líbano e 70% na Jordânia. Isso significa que quase 900.000

crianças e adolescentes refugiados sírios em idade escolar não estavam na escola. (ACNUR, 2016)

Em 2016, mais da metade dos refugiados do mundo viviam em vilas e cidades, em vez de campos de refugiados, e essa proporção aumentou acentuadamente nos países que receberam centenas de milhares de sírios. Em junho de 2016, dos mais de 4,8 milhões de refugiados sírios da região, apenas 10% estavam vivendo em campos de refugiados. No Líbano, não há campos e os refugiados estão espalhados por todo o país em mais de 1.700 locais. Em seus esforços para acomodar crianças refugiadas, as escolas libanesas abriram um segundo turno à tarde, devido à grande demanda e necessidade de acomodar todos os alunos. Nos anos letivos de 2016-17, 330 escolas haviam implantado o sistema de turno duplo. As escolas com dois turnos oferecem aulas de árabe, francês, matemática, ciências, sociedade civil e geografia. (ACNUR, 2016)

Graças à Unicef, como resultado direto de investimentos em água limpa, higiene e saneamento, não houve grandes surtos de doenças ou doenças transmitidas pela água em 2016. Mais de 6.437 toneladas de desinfetante de água permitiram mais de 14 milhões de pessoas a ter acesso a água limpa a cada mês. Mais de 1,64 milhões de crianças e mulheres acessaram os serviços de saúde através de 16 centros de saúde públicos reabilitados, bem como 95 centros de saúde e 30 equipes móveis de saúde, criadas pela Unicef e outras ONGs. Essas Organizações também proveram para a região mais de 6.300 médicos, enfermeiras, parteiras e técnicos treinados em imunização, saúde materna, controle de diarreia e infecções respiratórias agudas, tratamento integrado de doenças da infância, atendimento neonatal, vacinas, saúde escolar e relatórios. (UNICEF, 2016)

O ano de 2016 testemunhou uma rápida mudança de áreas de influência, o que tornou complexo o fornecimento de apoio educacional às crianças, principalmente em áreas sitiadas e controladas pelo ISIS. Falta de segurança e proteção continuam a constituir a maior barreira à educação, com escolas sob ataque e ocupadas por partes no conflito. Esses ataques, aliados à pobreza, ao desemprego e à falta de credenciamento e certificação em algumas partes do país, desencorajaram as famílias de enviar seus filhos para a escola. A falta de permissão das autoridades e o acesso limitado afetaram a capacidade do setor de avaliar as necessidades, identificar crianças fora da escola e ampliar a educação. (BRUSSELS CONFERENCE EDUCATION REPORT, 2017)

3.2.4.4 2017

O impacto psicológico de viver seis anos sem saber qual será o último dia é enorme. Pelo menos 3 milhões de crianças sírias com menos de oito anos não conhecem nada além de guerra, e outros milhões cresceram com medo, à sombra do conflito. E elas serão a próxima geração que terá que reconstruir seu país destruído. (SAVE THE CHILDREN, 2017)

Estudos sobre a saúde mental de crianças refugiadas sírias mostraram níveis surpreendentes de trauma e angústia. No entanto, sabe-se muito menos sobre o impacto nas crianças ainda dentro do país. Uma em cada quatro delas agora está em risco de desenvolver distúrbios de saúde mental. Para começar a entender e resolver esse problema urgente, a Save the Children e organizações parceiras conseguiram falar com mais de 450 crianças e adultos em sete das 14 províncias da Síria sobre como o conflito afetou a vida diária das crianças, quais as principais causas de estresse e medo, a quem eles procuram ajuda e como lidam com a guerra constante. (SAVE THE CHILDREN, 2017)

A exposição prolongada à guerra, ao estresse e à incerteza, significa que muitas crianças estão em um estado de "estresse tóxico". Isso está causando efeitos imediatos e extremamente prejudiciais para as crianças, incluindo automutilação, tentativas de suicídio e comportamento agressivo ou retraído. Se não tratadas, as consequências a longo prazo provavelmente serão ainda maiores, afetando a saúde mental e física das crianças pelo resto de suas vidas. Isso terá um impacto devastador no futuro da Síria, a menos que sejam tomadas medidas o mais rápido possível. Após seis anos de guerra, criou-se um ponto crítico, após o qual o impacto nos anos de formação das crianças e no desenvolvimento da infância pode ser tão grande que o dano pode ser permanente e irreversível. O risco de uma geração quebrada, perdida por trauma e estresse extremo nunca foi maior. (SAVE THE CHILDREN, 2017)

Quanto mais tempo a guerra continuar, maior será o impacto a longo prazo nas crianças. A pesquisa realizada pela Save the Children e outros parceiros na Síria revelou que:

- 84% dos adultos e quase todas as crianças disseram que bombardeios e bombardeios em curso é o número um na causa de estresse psicológico nas crianças na vida cotidiana.
- 89% disseram que as crianças passaram a ser mais medrosas e nervosas.
- 80% disseram que crianças e adolescentes se tornaram mais agressivos e 71% disseram que crianças sofrem cada vez mais de urinar frequentemente na cama, um sintoma comum de estresse tóxico e transtorno de estresse pós-traumático entre crianças.
- Dois terços das crianças disseram ter perdido um ente querido, ou tiveram sua casa bombardeada, ou sofreram ferimentos por causa guerra.
- 51% disseram que os adolescentes estão se voltando para o uso de drogas para lidar com o estresse.

- 48% dos adultos viram crianças que perderam a capacidade de falar ou que desenvolveram problemas de fala desde o início da guerra.
- 49% disseram que as crianças regularmente ou sempre têm sentimentos de luto ou extrema tristeza e 78% têm esses sentimentos em boa parte do tempo.
- Todos disseram que a falta da educação está tendo um enorme impacto psicológico na vida das crianças.
- 50% das crianças que ainda podem frequentar a escola disseram que nunca ou raramente se sentem seguras.
- 59% dos adultos sabem de crianças e adolescentes que foram recrutados em grupos armados.
- Metade dos entrevistados afirmou que o abuso doméstico aumentou.
- Em algumas regiões de mais de 1 milhão de pessoas, há apenas um psiquiatra profissional.
- Uma em cada quatro crianças disse que raramente ou nunca tem um lugar para ir ou alguém para conversar quando está com medo, triste ou chateado. (SAVE THE CHILDREN, 2017)

Embora a perspectiva pareça sombria, não é tarde demais. Além de atrocidades e sofrimento, a pesquisa encontrou sinais de esperança. O povo sírio é incrivelmente resistente. O que se pode perceber é que, apesar de tudo o que estão passando, muitas crianças ainda sonham com um futuro melhor, em se tornarem médicos e professores que possam contribuir para a construção de uma Síria pacífica e próspera. Tudo o que eles querem é a oportunidade de fazer isso. (SAVE THE CHILDREN, 2017)

3.2.4.5 2018

No dia 30 de outubro de 2018, o Conselho de Segurança das Nações Unidas apresentou o último relatório sobre a situação das crianças e dos conflitos armados na República Árabe da Síria. O relatório baseia-se em informações verificadas sobre violações graves contra crianças, cometidas por todas as partes no conflito armado Sírio, durante o período de 16 de novembro de 2013 a 30 de junho de 2018. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

O relatório cita que as Nações Unidas verificaram 12.537 violações graves contra crianças, das quais as mais prevalentes foram matar e mutilar; 10% das crianças envolvidas foram mortas ou feridas por armas de natureza proibida ou inerentemente indiscriminada ou desproporcional; uma em cada três crianças recrutadas, alistadas ou usadas para participar ativamente das hostilidades tinha menos de 15 anos de idade; escolas e hospitais continuaram

sendo atacados indiscriminadamente, afetando toda a educação e sistemas de saúde; o pessoal médico e humanitário foi continuamente mortos, feridos ou sequestrados; e crianças que foram presas em áreas sitiadas sofreram os efeitos compostos de várias violações e privações graves. A escala, gravidade e recorrência dessas violações ilustram o não cumprimento das obrigações de proteção à criança de acordo com o Direito Internacional por todas as partes do conflito. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

As Nações Unidas verificaram 12.537 violações graves contra crianças cometidas na Síria e 706 casos envolvendo outras questões preocupantes que afetam crianças, como privação de liberdade e uso militar de escolas e hospitais. O número de violações graves verificadas aumentou ano após ano, sendo 2.285 em 2014, 2.740 em 2015, 3.151 em 2016 e 3.009 em 2017. Até o final do período do relatório, as Nações Unidas já haviam verificado 1.291 violações graves, referentes às crianças, cometidas na primeira metade de 2018. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

O recrutamento e uso de crianças ocorreu em uma escala significativa durante o período do relatório, com 3.377 casos verificados (3.150 meninos e 227 meninas). Destas, 2.753 crianças (82%) serviram em combate. Além disso, 1.026 crianças (30%) tinham menos de 15 anos quando se associaram às forças armadas e a grupos armados. O número verificado de casos de recrutamento e uso de crianças continuou a aumentar de forma constante: 351 em 2014, 538 em 2015, 1.034 em 2016 e 1.142 em 2017, com crianças em geral, cada vez mais jovens e cada vez mais usadas em funções de combate. As Nações Unidas também verificaram o recrutamento e o uso de 310 crianças durante o primeiro semestre de 2018. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

Os casos verificados foram atribuídos a grupos autofiliados ao Exército Livre da Síria (1.112); ao ISIS (1.068); aos grupos armados curdos (415); às forças do governo (155); à milícia pró-governo (101); ao Hay'at Tahrir al-Sham, liderado pela frente de Nusrah (213); ao Exército do Islã (também conhecido como "Jaysh al-Islam") (103); ao Ahrar al-Sham (97); aos Soldados de al-Aqsa (17); ao Nur al-Din al-Zanki (14); aos grupos armados não identificados (51); e aos grupos e alianças armados que deixaram de funcionar como tal (31). Os casos verificados foram atribuídos a pelo menos 90 ramos distintos de forças armadas e facções de grupos armados na Síria. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

Durante o período do relatório, as Nações Unidas verificaram o assassinato de 3.891 crianças (das quais 1.800 eram meninos e 865 eram meninas) e a mutilação de 3.448 crianças (das quais 1.294 eram meninos e 626 eram meninas). Houve um aumento significativo no número verificado de crianças mortas ao longo dos anos: 499 em 2014, 872 em 2015, 935 em

2016, 1.118 em 2017 e desde o início de 2018 cerca de 462 crianças já haviam sido mortas. Acredita-se que a escala real de desastres infantis causada pelo conflito seja muito maior do que o número de casos que as Nações Unidas foram capazes de verificar, devido à natureza de alta intensidade do conflito, às limitações de acesso e aos recursos humanos limitados. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

Já os incidentes de violência sexual contra crianças atribuídos a beligerantes permaneceram incertos, devido ao estigma social associado a essa violação. Os 98 incidentes verificados, que afetaram 95 meninas de 8 anos de idade e três meninos de 12 a 16 anos, incluíram estupro, estupro coletivo, casamento forçado com combatentes de grupos armados, tráfico e escravidão sexual, agressão sexual enquanto privados de liberdade e ameaças de violência sexual. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

Em janeiro de 2014, por exemplo, uma menina de 14 anos foi levada pelas forças do governo de uma escola em Dar'a e foi mantida por quatro dias em uma base militar próxima, onde foi estuprada várias e várias vezes. Um mês após o ocorrido, um garoto de 13 anos foi preso por uma milícia pró-governo em um posto de controle em Suwayda', após o qual foi detido por vários dias e sujeito à tortura e abuso sexual. Após serem vítimas de violência sexual, algumas meninas e meninos foram levados de volta à sua comunidade, supostamente para expô-los como vítimas de estupro e também como forma de incentivar a rejeição por suas famílias, devido os dogmas religiosos, sociais e culturais do país. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

Os ataques verificados em escolas e hospitais também aumentaram ano após ano, com 92 casos em 2014, 115 em 2015, 180 em 2016, e 166 em 2017. No primeiro semestre de 2018, as Nações Unidas já haviam verificado 92 ataques a hospitais e 56 ataques a escolas e às pessoas que trabalham com educação. Também foram coletados relatórios não verificados de 293 ataques adicionais a escolas e 188 ataques a hospitais durante o período coberto pelo relatório, o que implica um escopo muito maior de ataques a instalações de educação e saúde na Síria. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

As escolas eram frequentemente usadas para fins militares. Foram verificados 72 casos de uso militar de escolas. Elas eram usadas principalmente como campos de treinamento, armazenamento de munição, instalações de detenção, acomodações e bases militares. Dessas, pelo menos 29 foram posteriormente objeto de um ataque. Também foram verificados 343 ataques a hospitais e clínicas de saúde; esses ataques resultaram em 188 equipes médicas mortas ou feridas. Cerca de 24 hospitais serviram para o uso militar, como depósito de munição, bases ou postos de atiradores e eram frequentemente usados exclusivamente pelos

combatentes do ISIS e suas famílias. Treze desses hospitais foram posteriormente objeto de ataque. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

As Nações Unidas também verificaram o sequestro de 693 crianças (das quais 580 eram meninos e 77 meninas) durante o período coberto pelo relatório, com uma diminuição anual progressiva de 2014 (416) a 2017 (89 crianças) e essa diminuição no sequestro de crianças deu-se pela redução de áreas ocupadas pelo ISIS. Embora os sequestros tinham como alvo comum indivíduos e pequenos grupos, também houve casos de sequestros em larga escala, às vezes seguidos de tortura e execuções. Em maio de 2014, por exemplo, o ISIS raptou 153 estudantes curdos com idades entre 13 e 17 anos. As crianças eram mantidas em uma escola, recebiam aulas diárias sobre a ideologia do ISIS e eram forçadas a assistir a vídeos de propaganda do grupo terrorista. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

A partir de 2014, famílias de áreas sitiadas relataram aumentos acentuados nos preços de alimentos e combustíveis, e as crianças frequentemente sobreviviam com uma única refeição por dia, às vezes consistindo de grama misturada com especiarias e azeitonas. A ajuda chegou a algumas áreas, mas as entregas foram fragmentadas e inconsistentes. No geral, as Nações Unidas verificaram 308 casos de negação de acesso humanitário, dos quais 174 envolveram negação de assistência humanitária e 134 envolveram ataques a instalações humanitárias, pessoal e transportes. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

Nas observações e recomendações feitas pelo Secretário Geral em razão do conflito Sírio, o Secretário exortou que todas as partes cumpram suas obrigações sob o Direito Internacional Humanitário e sob os Direitos Humanos, e apelou a elas e aos que exercem influência sobre elas para que tomem imediatamente todas as ações necessárias e eficazes para melhor proteger os direitos de todas as crianças na Síria. O Secretário também demonstrou espanto com o fato de nenhuma das partes no conflito ter tomado medidas concretas e eficazes para garantir a responsabilidade dos autores, de acordo com o Direito Internacional. Afirmou também que enfrentar essa impunidade generalizada é crucial para preparar o caminho para uma paz justa e duradoura na República Árabe da Síria. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

Da mesma forma, todos os Estados Membros e a comunidade doadora devem garantir apoio financeiro a longo prazo para a implementação de programas de proteção à criança, indispensáveis à reabilitação e reintegração de crianças afetadas pelo conflito na República Árabe da Síria, incluindo apoio psicossocial. Todos os Estados Membros apoiarão, por meio da provisão de recursos, o trabalho contínuo do mecanismo de monitoramento e denúncia de

violações graves a crianças em situações de conflito armado na Síria. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

Por fim, o Secretário requereu que o Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança sobre Crianças e Conflitos Armados solicite uma atualização por meio do seu Representante Especial um ano a partir da data de emissão do relatório, com o objetivo de fornecer um resumo dos desafios e progressos alcançados sobre a proteção à criança com as partes envolvidas no conflito na República Árabe da Síria. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2018)

3.3 AS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS NOS CONFLITOS ARMADOS

De acordo com um relatório publicado pelo Escritório do Secretário Geral para as Crianças em Conflitos Armados, o Conselho de Segurança da ONU identificou as seis violações mais graves contra crianças durante conflitos armados, devido ao impacto severo no bem-estar e no desenvolvimento de uma criança. As seis violações mais graves constatadas foram: matar ou mutilar; recrutar ou fazer uso de crianças-soldado; estupro e outras formas de violência sexual; sequestro; ataques contra escolas ou hospitais; e negação de acesso humanitário.

A primeira violação refere-se ao ato de matar ou ferir gravemente uma criança. De acordo com a Convenção dos Direitos da Criança, toda criança tem um direito inerente à vida e os Estados devem garantir, na medida do possível, a sobrevivência e o desenvolvimento destas. Já de acordo com a Convenção de Genebra, é proibida a violência à vida dos civis durante conflitos armados, em particular assassinatos de todos os tipos, mutilação, tratamento cruel e tortura. Essa é uma norma de direito internacional, com aplicabilidade universal. As partes em conflito devem distinguir entre alvos militares e civis em todos os momentos, e os civis devem ser protegidos da ação militar. (ESCRITÓRIO DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL PARA AS CRIANÇAS E CONFLITO ARMADO, 2006)

A segunda violação diz respeito ao recrutamento e uso de crianças como soldados em conflitos armados. A Convenção dos Direitos da Criança proíbe o recrutamento ou o uso de crianças menores de 15 anos como soldados ou ainda permitir que participem de hostilidades. Já de acordo com o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o

Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, a regra declara que mesmo crianças menores de 18 anos não devem ser recrutadas ou participarem de hostilidades. E que ex-crianças-soldados devem ser reabilitadas e deve ser dada uma atenção especial durante o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração. (ESCRITÓRIO DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL PARA AS CRIANÇAS E CONFLITO ARMADO, 2006)

A terceira violação trata do abuso sexual ou estupro às crianças. Estupro, abuso sexual e exploração de crianças são proibidos por uma série de tratados internacionais e regionais. O artigo 3º, comum das Convenções de Genebra, exige tratamento humano para todos os civis, que proíbe o estupro e a violência sexual. Já no artigo 7º do Estatuto de Roma, que cria o Tribunal Penal Internacional (TPI), que especifica os Crimes contra a Humanidade, declara qualquer agressão sexual como um crime. (MARISTELA BASSO, 2019)

A quarta violação refere-se ao sequestro de crianças. A Convenção dos Direitos da Criança proíbe abdicar ou privar arbitrariamente as crianças de sua liberdade. De acordo com a Convenção de Haia, são proibidos o sequestro, o desaparecimento forçado e o deslocamento forçado de crianças. Atos hediondos, que muitas vezes seguem o sequestro de uma criança, aumentam a magnitude da violação, e são exemplos a escravidão sexual e/ou recrutamento forçado. (CONFERÊNCIA DE HAIA, 1980).

A quinta violação diz respeito aos ataques às escolas e aos hospitais. Dentre os direitos básicos das crianças, de acordo com a Convenção dos Direitos da Criança, estão os direitos à educação e ao mais alto padrão de saúde e assistência médica possível. De acordo com a Convenção de Genebra, o pessoal médico e as instalações devem ser protegidos, já que escolas e hospitais são instituições civis que muitas vezes fornecem abrigo e atendem às necessidades das crianças. (ESCRITÓRIO DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL PARA AS CRIANÇAS E CONFLITO ARMADO, 2006)

A sexta e última violação trata da recusa de fornecer o acesso humanitário a crianças. Como já mencionado anteriormente, uma das mais antigas leis de guerra é proteger os equipamentos e as pessoas responsáveis pelo socorro humanitário. Também de acordo com a Convenção de Genebra, as partes de um conflito devem permitir e facilitar a ajuda a qualquer população civil em necessidade. A ONU e as agências de ajuda não devem ter acesso recusado por motivos arbitrários. E por fim, nas operações de socorro, as crianças têm direito a atenção especial e devem receber ajuda e cuidados de que necessitam. (ESCRITÓRIO DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL PARA AS CRIANÇAS E CONFLITO ARMADO, 2006)

Cada uma dessas violações contra crianças durante conflitos armados constitui uma grave violação das Convenções de Genebra e das leis da guerra, é também uma violação das normas costumeiras do Direito Internacional, é uma contravenção perante a Convenção dos Direitos da Criança e a outros tratados internacionais e regionais de direitos humanos, e por fim, é um crime de guerra e um crime contra a humanidade sob o Estatuto de Roma.

3.4 ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS NÃO GOVERNAMENTAIS DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS EM ÁREA DE CONFLITO ARMADO NA SÍRIA

3.4.1 Comitê Internacional da Cruz Vermelha

O trabalho do CICV, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, baseia-se nas Convenções de Genebra de 1949, em seus Protocolos Adicionais, em seus Estatutos, no Movimento Internacional da Cruz Vermelha, do Crescente Vermelho e nas Resoluções das Conferências Internacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. O CICV é uma organização independente e neutra que garante proteção humanitária e assistência às vítimas de conflitos armados e outras situações de violência. O Comitê toma medidas em resposta a emergências e, ao mesmo tempo, promove o respeito ao Direito Internacional Humanitário e sua implementação no Direito Nacional. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2019)

O CICV, está ajudando as pessoas na Síria que enfrentam condições extremamente difíceis por causa do conflito, e as centenas de milhares de refugiados sírios na Jordânia, Líbano e Iraque. Em cooperação com o Crescente Vermelho Árabe Sírio, distribuem alimentos e outros itens essenciais, restaurando o suprimento de água e apoiando os serviços médicos. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2019)

Segundo dados do Comitê, de março de 2019, 6.2 milhões de sírios já foram beneficiados com os serviços de abastecimento de água, bem como de projetos relacionados ao saneamento e fornecimento de energia, 5,3 milhões de pessoas receberam água potável segura em todo o país, 1,3 milhões de pessoas têm acesso a melhores serviços de saúde, 1 milhão de pessoas em 12 províncias receberam comida, 270.000 pessoas em 12 províncias receberam itens essenciais, incluindo cobertores, colchões, kits de higiene, roupas de inverno e kits escolares, e 4.000 pessoas foram beneficiadas com auxílio à reabilitação física. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2019)

3.4.2 Save the Children

A Save the Children é uma organização global de membros, composta pela Save the Children International e 29 membros nacionais. É mutuamente compartilhado um nome, uma estratégia e uma ambição para que todas as crianças sobrevivam, aprendam e sejam protegidas. Com 25.000 funcionários espalhados por 120 países, a Save the Children atende a grandes emergências, entregam programas de desenvolvimento inovadores e garantem que as vozes das crianças sejam ouvidas durante suas campanhas para construir um futuro melhor para e com as crianças. (SAVE THE CHILDREN, 2019)

O objetivo da organização, na Síria, é salvar vidas, aliviar o sofrimento e promover o bem-estar de crianças vulneráveis e de suas famílias por meio de assistência humanitária imediata, prestação de serviços a longo prazo e apoio sustentado à resiliência e recuperação. Isso é realizado por meio de uma abordagem multissetorial que inclui o fornecimento de ajuda de emergência e cada vez mais o foco em garantir o acesso a serviços de qualidade, como educação e saúde. (SAVE THE CHILDREN, 2019)

No norte da Síria, a Save the Children está fornecendo assistência imediata diretamente por meio da equipe situada no território sírio e por várias organizações parceiras. Esse apoio inclui o fornecimento de pacotes de alimentos, itens de ajuda de emergência e abrigo, além de acesso a água potável e acesso a serviços essenciais, incluindo atividades de proteção à criança, educação, apoio aos meios de subsistência, saúde e nutrição. Essas atividades são realizadas em mais de 50 locais, incluindo 12 campos e várias áreas de difícil acesso no noroeste e nordeste da Síria. (SAVE THE CHILDREN, 2019)

A escala da crise humanitária, as rápidas mudanças nas condições de segurança e o acesso limitado como resultado dos conflitos em andamento continuam a dificultar severamente as intervenções de socorro. Apesar desses desafios, até o momento, o trabalho da Save the Children alcançou mais de 850.000 crianças e suas famílias. (SAVE THE CHILDREN, 2019)

3.4.3 Human Rights Watch

A Human Rights Watch é uma organização internacional de direitos humanos, não-governamental, sem fins lucrativos, contando com aproximadamente 400 membros que trabalham em diversas localidades ao redor do mundo. A equipe é composta por profissionais de direitos humanos como advogados, jornalistas e especialistas e acadêmicos de diversas

origens e nacionalidades. Fundada em 1978, a Human Rights Watch é reconhecida por investigações aprofundadas sobre violações de direitos humanos, elaboração de relatórios imparciais sobre essas investigações e o uso efetivo dos meios de comunicação para informar e sensibilizar diversos públicos sobre suas causas. Contando com o apoio de organizações locais de direitos humanos, são publicados mais de 100 relatórios e artigos sobre direitos humanos em todo o mundo todo os anos. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019)

A partir de casos concretos de violações, a HRW se reúne com governos e organizações internacionais para propor políticas públicas e reformas legais necessárias para proteger direitos e garantir a reparação para vítimas de violações passadas. A Human Rights Watch defende os direitos de pessoas no mundo inteiro. Investigamos detalhadamente violações de direitos humanos, expomos os casos que documentamos e nos reunimos com governos, as Nações Unidas e grupos regionais como a União Europeia e Africana para cobrar políticas públicas e práticas que promovam os direitos humanos e a justiça. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019)

No caso da Síria, a HRW tem divulgado diversos relatórios sobre a situação no país, incluindo uma notícia de outubro de 2019 sobre as condições desumanas de prisão de meninos e homens:

A Human Rights Watch entrevistou um jornalista que disse ter visitado uma das instalações de detenção e revisado suas imagens de vídeo publicadas no The Times of London em 30 de setembro. As imagens mostravam celas com dezenas de homens em macacões alaranjados juntos, seus corpos se tocando, e um bloco médico igualmente lotado em um centro de detenção com meninos. O jornalista disse que os detidos incluíam cidadãos britânicos, franceses, belgas e norte-americanos e que estavam em "terríveis, terríveis condições terríveis". As notícias da CBS publicaram imagens semelhantes em 17 de setembro. A Human Rights Watch não conseguiu verificar as imagens independentemente. (HRW, 2019)

Relatórios anuais e reportagens praticamente mensais atualizam informações sobre a situação da população, incluindo as crianças, no território da Síria.

3.5 ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DE DIREITOS QUE AS CRIANÇAS TÊM SIDO VITIMADAS NA SÍRIA

Diante do atual cenário sírio, nesses oito anos de conflito armado, são evidentes as inúmeras violações aos Direitos Humanos que vem ocorrendo. Ao longo desse estudo, dentre os 42 direitos da criança, foi notada a violação de mais de 20 direitos, sendo que, alguns dos direitos/deveres que são destinados ao Estado não foram analisados. Portanto, a análise

verifica apenas as violações mais graves, que foram identificadas por meio das informações coletadas nesse estudo, podendo haver outras violações não mencionadas.

O primeiro e imprescindível direito violado analisado é o direito à vida. O ano de 2018 foi o ano que apresentou mais mortes de crianças no conflito armado sírio, gerando cerca de 1.106 mortes de crianças em meio aos combates, entre assassinatos, mutilações e bombardeios, atingindo o maior número desde o início da guerra. Na tentativa de escapar do cenário atormentador sírio, outra causa comum de mortes é a tentativa de atravessar o Mar Mediterrâneo, causando inúmeras vítimas de afogamento, entre elas as crianças. As pesquisas apontam que ano após ano do conflito, a violação ao direito a vida só aumenta e a pior e mais dolorosa violação acontece: o fim da vida de crianças inocentes. Chega-se ao fim de futuros e histórias, nasce uma eterna dor aos pais, familiares e pessoas próximas, e também acaba com a esperança e o futuro da nação síria, as crianças.

As crianças sírias representam cerca da metade da população refugiada, e isso implica na violação de diversos direitos. Em vários casos o direito ao nome e à nacionalidade é violado, pois é comum crianças ficarem desacompanhadas ou serem separadas da sua família, seja na tentativa de sair do país ou em um bombardeio que acaba com tudo e todos perto da criança. Algumas delas, por serem tão pequenas, não sabem o próprio nome, a idade, o nome dos pais ou de qualquer familiar próximo, a cidade aonde nasceu ou o que aconteceu para ela estar desacompanhada, violando também, o direito à proteção da identidade, no qual cabe ao Estado garantir esses aspectos básicos.

No final de 2018, 111.000 crianças desacompanhadas e separadas foram registradas entre a população de refugiados, e esse dado revela outras violações de direitos que ocorrem. Como a violação de viver com seus pais, de ser criada por seus pais e de receber orientação paternal. Devido à vulnerabilidade das crianças e principalmente se são órfãs ou separadas de seus entes queridos, elas tornam-se presas fáceis para os traficantes que as usam para o trabalho forçado, tráfico de menores, abuso ou exploração sexual. É responsabilidade dos pais criar a criança e o Estado deve respeitar os direitos e responsabilidades dos pais e da família ao oferecer orientação para a criança, fornecendo também aos pais assistência apropriada para a educação da mesma.

Os sírios são a segunda maior população recentemente deslocada, interna e externamente. Mais de meio milhão de novos registros de refugiados e pedidos de refúgio se originaram da Síria em 2018 e o número de crianças relatadas como tendo solicitado refúgio em outros países no mesmo ano foi de 27.600, principalmente em países europeus. Em vista disso, muitas crianças passam a viver em outros países, com pessoas, culturas e costumes

totalmente diferentes, privando-as da sua própria cultura e violando mais esse direito. Visto que a discrepância da cultura ocidental para a oriental é gritante, a familiarização com uma nova cultura, novos costumes, hábitos e comportamentos seja ainda mais difícil para as crianças. Nessa situação de deslocamento, muitas famílias acabam se separando, e mesmo diante do conflito armado na Síria, as crianças e seus pais têm o direito de deixar qualquer país e entrar no seu próprio país para fins de reunião ou para manter a relação entre pais e filhos. Porém, infelizmente não é tão simples voltar novamente para a Síria, uma vez que já se vive em outro país, que há questões burocráticas a serem seguidas e que não se tem muitos recursos, gera-se então a violação de mais dois direitos, o reagrupamento familiar e a realocação.

A crise na Síria reduziu drasticamente as oportunidades de subsistência e levou à pobreza milhões de famílias na região. Seja na Síria ou nos países vizinhos, as crianças são frequentemente as principais, ou até mesmo as únicas, provedoras de alimento. Milhares de famílias de refugiados dependem parcialmente ou totalmente da renda gerada por uma criança. Cerca de 2,7 milhões de crianças sírias estavam fora da escola, e boa parte das crianças que compunham esse número eram forçadas a trabalhar ao invés de estudar. Tal situação gera a violação do direito de lazer e brincar, que é fundamental para o desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo, emocional e social da criança, podendo acarretar diversos traumas e dificuldades no futuro.

Como já mencionado, milhões de crianças são forçadas a trabalhar ao invés de estudar, o que gera a violação de mais um direito, o direito à educação. Muitas crianças sírias estão fora da escola, não somente pela necessidade de sustentar sua própria família mas também devido aos bombardeios nas escolas, às invasões, que transformaram um lugar de conhecimento e aprendizado em uso para fins militares e até mesmo em lugar para recrutamento de menores. A Síria tinha um sistema de educação sólido antes da guerra civil, com quase 100% de crianças no ensino primário e 70% de crianças que frequentavam o ensino secundário. De acordo com o censo de 2004, a taxa de alfabetização na Síria era de 79,6%, 86% dos homens e 73,6% das mulheres eram alfabetizados. Em 2016, o UNICEF informou que 2,1 milhões de crianças na Síria e 700.000 crianças refugiadas sírias não têm acesso à educação. E havia um total de 80.000 crianças refugiadas no país vizinho, na Jordânia, que estavam fora da escola. Os ataques a escolas aumentaram ano após ano do conflito, provocando a ausência de milhares de crianças na escola e acarretando um problema sério e devastador, que terá consequências no futuro. Estudos apontam que além de ser fundamental a criança aprender a ler, escrever, ouvir histórias e aprender diversos assuntos, a

criança, no início de sua vida, tem muito mais facilidade em aprender, devido a mecanismos produzidos pelo seu próprio cérebro. A falta de conhecimento gera adultos com limitações e dificuldades básicas, que não desenvolvem o sentido crítico, talvez não possuam a liberdade de opinião, liberdade de expressão, liberdade de pensamento e que terão o acesso à informação ainda mais restrito, ou seja, há a violação de mais quatro direitos da criança.

Embora a Organização Mundial da Saúde tenha sido um dos órgãos representantes das Nações Unidas na criação da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989, a violação do direito aos serviços de saúde é algo comum desde o início da guerra. A criança tem direito ao mais alto padrão de saúde e assistência médica possível e os Estados devem dar ênfase especial à redução da mortalidade infantil, à prestação de cuidados de saúde primários e preventivos e à educação em saúde pública. Porém, ao longo do conflito, foram registrados centenas de ataques a instalações de saúde, fazendo com que inúmeros civis fiquem sem assistência médica básica e que vários profissionais da saúde, que muitas vezes por conta dos ataques ficam feridos, são mortos, sequestrados ou até mesmo fogem do local para sobreviver. Essa situação também resulta no atendimento inadequado dos feridos, gerando risco à vida dos mesmos e das equipes médicas. A vacinação em declínio e o aumento das taxas de crianças atingidas por doenças perigosas também tem sido uma das causas da morte de milhares de crianças, visto que há precariedade dos serviços de abastecimento de água e de projetos relacionados ao saneamento básico. Bem como a escassez de alimentos, a desnutrição e o aumento acentuado nos preços de alimentos, fazendo com que as crianças frequentemente sobreviviam com uma única refeição por dia, às vezes consistindo de grama misturada com outros alimentos. Como já citado anteriormente, o trabalho infantil também é prejudicial pois afeta negativamente o corpo das crianças e suas perspectivas de vida, desencadeando problemas de saúde sérios, como lesão, doença ou outros problemas. Diversas organizações governamentais e não governamentais têm trabalhado na região para fornecer saúde e educação aos civis, devido a precariedade dos mesmos. Porém, infelizmente, ainda há milhões de crianças necessitando de assistência médica, algumas que inclusive desenvolveram doenças incuráveis, deficiências e sequelas para o resto da vida.

O recrutamento e o uso de crianças soldados por grupos armados é mais uma violação aos direitos da criança e ao OPAC, além de também ser uma prática que vai contra o Direito Internacional e é considerada um crime de guerra. Segundo a CDC, as crianças têm o direito de se encontrar com outras pessoas e de se afiliar ou formar associações, ou seja, elas possuem liberdade de associação. Dados mostram que ao longo dos anos do conflito armado, o recrutamento de crianças aumentou significativamente, crianças são apanhadas pelas forças

armadas em residências, escolas, hospitais e postos de controle. Na sua maioria meninos, eles são colocados em frentes de batalhas, servem como informantes, guardas, contrabandistas de armas e muitas vezes até escravos sexuais, e, como resultado, diversos acabam assassinados, mutilados e traumatizados para o resto da vida, assim como o resultado de inúmeros traumas psicológicos que qualquer conflito armado causa nas pessoas. O ambiente agressivo da guerra, com toda certeza não é o lugar ideal para crianças ou qualquer ser humano. Crescer em um local assim faz com que o manuseio de armas, as atrocidades cometidas e os comportamentos violentos tornem-se normais e as consequências futuras serão adultos com problemas psicológicos, sociais, com suas personalidades alteradas, com comportamentos violentos, doenças crônicas e outras limitações físicas.

Os direitos da criança estão ligados uns aos outros, todos eles são igualmente importantes e fundamentais para o crescimento e desenvolvimento sadio das crianças. Alguns direitos violados acarretam automaticamente a violação de outros direitos. A violação do direito de proteção contra conflitos, por exemplo, gera a violação do direito de a criança ser criada por seus pais, de ir para a escola e ter educação, o acesso a informação e a ter liberdade de expressão, acarreta também problemas de saúde, uma vez que não se tem como oferecer serviços de saúde adequados, assim como ter lazer, brincar, dentre outros direitos.

Os direitos violados mais abrangentes que podem resumir o conflito armado sírio, e que falam por si só são a não proteção contra conflitos, uma vez que os Estados são os responsáveis por tomar todas as medidas possíveis para garantir que as crianças menores de 15 anos não participem diretamente das hostilidades, e que nenhuma criança com menos de 15 anos seja recrutada para as forças armadas. Da mesma forma, a falta de segurança social afeta o direito que cabe ao Estado garantir à criança de se beneficiar da seguridade social, incluindo o seguro social. A proteção da privacidade também é outro direito que não diz respeito somente à criança em si, mas garante o direito de proteção contra interferência em sua privacidade, família, lar, correspondência e proteção contra qualquer difamação. Consequentemente as crianças não desfrutam de cuidados adequados, visto que o Estado deve assegurar à criança a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar. Bem como um padrão de vida adequado, já que toda criança tem o direito a um padrão de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Por fim, o direito ao desenvolvimento pessoal das crianças também é violado, uma vez que se deve ter como objetivo desenvolver a personalidade, os talentos e as capacidades mentais e físicas da criança em toda a sua extensão.

O Estado sírio está falhando no cumprimento de diversos direitos humanos e direitos da criança, e infelizmente está formando um futuro árduo para a própria nação. Assim como não há a perspectiva de fim do conflito armado, da mesma forma não há previsão de progresso para o país, assim como do cumprimento dos direitos da criança. O efeito psicológico nas gerações jovens que passaram pelo menos metade de suas vidas em conflito, privadas de um padrão de vida adequado, com exposição prolongada à guerra, ao estresse e à incerteza, significa que muitas crianças estão em um estado de "estresse tóxico". E as causas disso já podem ser vistas, incluindo automutilação, tentativas de suicídio e comportamento agressivo ou retraído. Pelo menos 3 milhões de crianças sírias com menos de oito anos não conhecem nada além de guerra, e outros milhões cresceram com medo, à sombra do conflito. E elas serão a próxima geração que terá que reconstruir seu país destruído, e, se não tratadas, as consequências a longo prazo provavelmente serão ainda maiores, afetando a saúde mental e física das crianças pelo resto de suas vidas. Isso terá um impacto devastador no futuro da Síria, a menos que sejam tomadas medidas o mais rápido possível.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar quais são as principais violações de Direitos Humanos sofridas pelas crianças em áreas de conflito armado na Síria. Para o alcance desse objetivo geral, objetivos específicos foram propostos e o atingimento desses proporcionou a resposta à pergunta de pesquisa.

Inicialmente, foi de suma importância conhecer o surgimento e a criação de um dos ramos dos Direitos Humanos, os Direitos da Criança, que surgiu por meio da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), criada em 1989. Após descrever todos os direitos contidos nessa norma, também foram apresentados o Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, que complementa a CDC, e o Comitê dos Direitos da Criança e outros órgãos responsáveis pelo cumprimento desses direitos.

Após esse levantamento, compreendeu-se os conflitos armados num todo, desde os primórdios até o atual Direito Internacional Humanitário. Também foi necessário entender especificamente o atual conflito armado na Síria, desde sua causa até as consequências vivenciadas atualmente no país. Logo, após o panorama do conflito armado sírio e da coleta de dados contida nos relatórios e documentos de Organizações Internacionais Governamentais e não Governamentais, pode ser feita a análise dos principais direitos violados.

O estudo não encontrou grandes obstáculos, em razão da vasta bibliografia sobre Direitos Humanos e sobre os direitos da criança e a sua proteção na esfera internacional, visto que há documentos e relatórios que abordam o tema do envolvimento de crianças em conflitos armados, o que possibilitou o alcance dos objetivos específicos propostos nesse trabalho.

Os direitos aplicáveis às crianças em conflito armado foram descritos, tanto os 42 direitos listados na CDC, como os previstos no Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, que complementa os direitos da criança. Foi levantada a situação das crianças no conflito armado da Síria, abordando a questão de crianças refugiadas, o deslocamento forçado interno e externo, o recrutamento de menores, a situação precária de crianças sírias vivendo em países vizinhos e as principais dificuldades apresentadas ano após ano do conflito. Também foram identificados quais são as situações mais graves de violação de direitos em conflitos armados pelas quais as crianças da Síria estão sendo submetidas, os Órgãos e Organizações Internacionais de proteção de crianças em área de conflito armado, assim como a sua atuação no conflito armado sírio, e por fim, foi feita a análise dos principais direitos da criança violados.

Com o desenvolvimento desse estudo, pode-se concluir que a nação síria está completamente devastada, uma vez que o Estado não está cumprindo com suas obrigações e que os mais afetados estão sendo as pessoas civis, que estão vivendo no caos diariamente, na maioria, sem expectativa de melhora. As crianças estão crescendo em um ambiente violento, de destruição e desordem, muitas delas sem nem saber o que é uma vida pacífica. Outras, conseguiram deixar sua nação e até passaram a viver em um lugar muito melhor, porém as consequências da guerra continuarão com elas por um bom tempo, se não para o resto de suas vidas. Milhões de crianças continuam enfrentando dificuldades de readaptação, separação das pessoas com quem conviviam, da cultura e costumes diferentes, dos traumas e sequelas do conflito.

As Organizações Internacionais têm sido fundamentais nesse atual cenário da Síria e têm desempenhado com excelência aquilo que o próprio Governo não tem feito. Muitas famílias têm tido assistência médica, educação, alimentos, água potável, abrigo, atividades de proteção à criança, lazer e apoio aos meios de subsistência. Algumas dessas instituições inclusive se reúnem com governos e outras organizações internacionais para propor políticas públicas e reformas legais necessárias para proteger direitos e garantir a reparação para vítimas de violações passadas.

Infelizmente não há perspectiva do fim do conflito armado na Síria, e apesar do conflito ser considerado uma guerra civil, inúmeros atores estão envolvidos e têm influência sobre o atual cenário do país, o que dificulta ainda mais a situação. Hoje, a comunidade internacional direciona sua atenção aos problemas gerados pelo conflito, que já se alarga há oito anos. E, mesmo o conflito não tendo chegado ao fim, já pode-se perceber as dificuldades que serão enfrentadas no futuro para reconstruir o país. O futuro da nação síria estará sob a responsabilidade das crianças de hoje. Contudo, as milhares de crianças sírias não têm acesso à educação, muitas estão debilitadas fisicamente e a maioria psicologicamente, o que preocupa ainda mais como serão futuramente essas crianças e como se dará o recomeço da Síria. Ainda há muito o que ser feito para que os dos Direitos Humanos e dos Direitos da Criança sejam cumpridos na Síria, o que remete para a necessidade de um maior engajamento de todos os Estados soberanos do mundo, para que haja a proteção real e objetiva dos direitos humanos e humanitários.

Por fim, aponta-se como limitação ao tema pesquisado a dificuldade em encontrar documentos sírios sobre as garantias ou as violações dos direitos das crianças naquele território, sendo feita essa pesquisa a partir de fontes produzidas por organizações governamentais e não governamentais. Após a contribuição do presente estudo para o

entendimento dos principais direitos da criança violados e o envolvimento de crianças no conflito armado sírio, sugere-se que, a partir desse, outros estudos venham ser desenvolvidos por outros pesquisadores, como estudos com foco no gênero das crianças e as diferenças enfrentadas entre elas, estudos sobre a recepção das crianças em outros países, como ocorrem os pedidos de asilo, o que é feito no primeiro momento que as crianças sírias passam a viver em outros lugares, abordando temas como a inserção nas escolas, se é dado algum tratamento psicológico, se é enfrentado algum preconceito, etc. Outros estudos podem ser realizados, que envolvam religião e qual impacto que pode ter sobre as crianças, visto que a religião tem um peso significativo no conflito armado, e por fim, estudos focados nas consequências psicológicas, físicas e sociais da guerra.

REFERÊNCIAS

23º RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <[https://undocs.org/en/A/RES/2444\(XXIII\)](https://undocs.org/en/A/RES/2444(XXIII))> Acesso em: 24 set. 2019

2017 WAS THE DEADLIST YEAR OF SYRIAN WAR FOR CHILDREN, SAYS UNICEF. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/mar/12/2017-deadliest-year-of-syrian-war-for-children-says-unicef-psychological-ruin>> Acesso em: 23 ago. 2019

AS CONVENÇÕES DE GENEBRA DE 12 DE AGOSTO DE 1949. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/publication/convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949>> Acesso em: 26 set. 2019

BASSO, Maristela. O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI) – CASOS. **Declaração 1948**. Disponível em: <<https://declaracao1948.com.br/2018/07/02/o-tribunal-penal-internacional-tpi/>> Acesso em: 20 ago. 2019.

BIERRENBACH, ANA MARIA. **O conceito e responsabilidade de proteger e o direito internacional humanitário**. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/884-Conceito_de_responsabilidade_de_proteger_e_o_Direito_Internacional_Humanitario_O.pdf> Acesso em: 26 set. 2019

BORGES, LEONARDO ESTRELA. **O Direito Internacional Humanitário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CELEBRATING 30 YEARS OF THE CONVENTION ON THE RIGHTS OF THE CHILD. **Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRC/Pages/CRC30.aspx>>. Acesso em: 9 maio 2019

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1983.

CHILD RIGHTS. **Unicef**, 1989. Disponível em: <<https://www.unicef.org/nz/child-rights>>. Acesso em: 16 abr. 2019

CHILDREN AND ARMED CONFLICT IN THE SYRIAN ARABIC REPUBLIC – REPORT OF THE SECRETARY GENERAL. 2018. **Security Council**. Disponível em: <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2018/969&Lang=E&Area=UNDOC> Acesso em: 29 ago. 2019

CHILDREN OF SYRIA. **Humanium**. Disponível em: <<https://www.hanium.org/en/syria/>> Acesso em: 21 ago. 2019

COMITEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD: WHAT IT IS AND HOW IT WORKS. **Humanium**. Disponível em: <<https://www.hanium.org/en/committee/>>. Acesso em: 9 maio 2019

CONVENÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 1980 SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO RAPTO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS. **Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado**. Disponível em:

<<https://www.hcch.net/en/instruments/conventions/full-text/?cid=24>> Acesso em: 20 ago. 2019.

CRIANÇAS NA ZONA DE GUERRA DA SÍRIA. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/criancas-na-zona-de-guerra-da-siria>> Acesso em: 21 ago. 2019

CRISE SÍRIA – RESULTADOS HUMANITÁRIOS DE 2017. **Unicef**. Disponível em: <https://www.unicef.org/appeals/files/UNICEF_Syria_Crisis_Humanitarian_Situation_Report_Year_End_2017.pdf> Acesso em: 22 ago. 2019

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GLOBAL TRENDS. **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados**. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>> Acesso em: 30 jul. 2019

INVISIBLE WOUNDS – THE IMPACT OF SIX YEARS OF WAR ON THE MENTAL HEALTH OF SYRIAN'S CHILDREN. 2017. **Save the Children**. Disponível em: <<https://www.savethechildren.org.uk/content/dam/global/reports/emergency-humanitarian-response/invisible-wounds.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2019

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1997.

LATEST STATISTICS AND GRAPHICS ON REFUGEE AND MIGRANT CHILDREN. **Unicef**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/eca/emergencies/latest-statistics-and-graphics-refugee-and-migrant-children>> Acesso em: 20 ago. 2019

MARKS, Julie. Why is there a civil war in Syria? **History**. Disponível em: <<https://www.history.com/news/syria-civil-war-assad-rebels>> Acesso em: 30 jul. 2019

MISSING OUT – REFUGEE EDUCATION IN CRISIS. Acnur. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/57d9d01d0>> Acesso em: 16 nov. 2019

NORTHEAST SYRIA: BOYS, MEN, HELD IN INHUMANE CONDITIONS. **Human Rights Watch**. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2019/10/08/northeast-syria-boys-men-held-inhumane-conditions> Acesso em: 10 out. 2019

O DIH E OUTROS REGIMES LEGAIS – JUS AD BELLUM E JUS IN BELLO. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/doc/war-and-law/ihl-other-legal-regmies/jus-in-bello-jus-ad-bellum/overview-jus-ad-bellum-jus-in-bello.htm>> Acesso em: 26 set. 2019

O QUE É O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO? **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em:

<<https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/misc/5tndf7.htm>> Acesso em: 26 set. 2019

OPTIONAL PROTOCOL ON THE INVOLVEMENT OF CHILDREN IN ARMED CONFLICT. **Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para as Crianças e Conflito Armado**. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/tools-for-action/opac/>>. Acesso em: 9 de mai. de 2019.

OUR MISSION: THE REALISATION OF CHILDREN'S RIGHTS THROUGH THE UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS SYSTEM. **Child Rights Connect**. Disponível em: <<https://www.childrightsconnect.org/#>>. Acesso em: 6 de jun. de 2019.

PREPARING FOR THE FUTURE OF CHILDREN AND YOUTH IN SYRIA AND THE REGION THROUGH EDUCATION: LONDON ONE YEAR ON. **Brussels Conference Education Report**. Disponível em: <http://wos-education.org/uploads/reports/170331_Brussels_paper.pdf> Acesso em: 16 nov. 2019

RECORD NUMBER OF CHILDREN DIED IN SYRIA IN 2018: UN. **Huffpost**. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/record-number-children-killed-syria-2018_n_5c86c2fae4b0ed0a00164694> Acesso em: 23 ago. 2019

SHAHEED, Fatima. PROTECTING CHILDREN IN ARMED CONFLICT. Londres: Bloomsbury Publishing, 2018.

SMALL HANDS, HEAVY BURDEN – HOW THE SYRIA CONFLICT IS DRIVING MORE CHILDREN INTO THE WORKFORCE. 2015. **Save the Children**. Disponível em: <https://syria.savethechildren.net/sites/syria.savethechildren.net/files/library/SCIUnicefChildLabourReport_July2015.pdf> Acesso em: 24 ago. 2019

SOBRE A HUMAN RIGHTS WATCH. **Human Rights Watch**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/sobre-human-rights-watch>> Acesso em: 16 set. 2019

SYRIA CRISIS – 2016 HUMANITARIAN RESULTS. **Unicef**. Disponível em: <https://www.unicef.org/appeals/files/UNICEF_Syria_Crisis_Situation_Report_Year_End_2016.pdf> Acesso em: 16 nov. 2019

SYRIA – EVENTS OF 2018. **Human Rights Watch**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/syria>> Acesso em: 20 ago. 2019.

SYRIA IN FOCUS. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em: <<https://www.icrc.org/en/where-we-work/middle-east/syria>> Acesso em: 13 set. 2019

SYRIAN ARABIC REPUBLIC: SYRIAN DEMOCRATIC FORCES SIGN ACTION PLAN TO END AND PREVENT THE RECRUITMENT AND USE OF CHILDREN. **The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action**. Disponível em: <<https://alliancecpha.org/en/child-protection-news/syrian-arab-republic-syrian-democratic-forces-sign-action-plan-end-and-prevent>> Acesso em: 22 ago. 2019

THE MANDATE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE. **Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para as Crianças e Conflito Armado**. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/about-us/>> Acesso em: 12 de jun. de 2019.

THE SYRIAN CIVIL WAR. MARCH 15, 2011 – PRESENT. 2014. **Humanium**. Disponível em: <<https://www.humanium.org/en/syria/the-syrian-civil-war/>> Acesso em: 29 ago. 2019

UNDER SIEGE – THE DEVASTATING IMPACT ON CHILDREN OF THREE YEARS OF CONFLICT IN SYRIA. 2014. **Unicef**. Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/files/Under_Siege_March_2014.pdf> Acesso em: 28 ago. 2019

VIENNA DECLARATION AND PROGRAMME OF ACTION. **Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos**, 1993. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/Publications/FactSheet10rev.1en.pdf>>. Acesso em: 9 maio. 2019.

VIRGINIA GAMBA. **Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para as Crianças e Conflito Armado**. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/about-us/special-representative/virginia-gamba/>> Acesso em: 12 jun. 2019.

WHAT WE DO. **Save the Children**. Disponível em: <<https://syria.savethechildren.net/what-we-do>> Acesso em: 13 set. 2019

WHO IS HUMANIUM? **Humanium**. Disponível em: <<https://www.humanium.org/en/presentation/>> Acesso em: 17 set. 2019

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 3. Ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.